

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO 2017

Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

Brasília/DF

08 de fevereiro de 2018

Sumário

Introdução	3
Contexto Operacional.....	3
DECLARAÇÃO DO CONTADOR.....	4
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	6
Balanço Patrimonial	6
Demonstração das Variações Patrimoniais	8
Balanço Orçamentário	11
Balanço Financeiro.....	14
Demonstração do Fluxo de Caixa.....	15
BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS	18
RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	18
PRINCIPAIS MUDANÇAS NAS PRÁTICAS E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS.....	20
Nota 1 – Ativo Circulante e Não Circulante	20
Nota 2 – Caixa e Equivalente de Caixa.....	22
Nota 6 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	22
Nota 3 – Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	23
Nota 4 - Créditos a Longo Prazo	23
Nota 5 - Imobilizado	24
Nota 6 - Intangível	25
Nota 7 – Passivo Exigível.....	27
Nota 8 – Passivo Circulante	28
Nota 9 – Passivo Não Circulante (Provisões a Longo Prazo)	29
Nota 10 – Patrimônio Líquido.....	30
Nota 11 – Passivos Contingentes.....	31
Nota 12 – Obrigações Contratuais.....	32
Nota 13 – Variações Patrimoniais Aumentativas	37
Nota 14 – Variações Patrimoniais Diminutivas	38
Nota 15 – Receitas Orçamentárias	39
Nota 16 – Despesas Orçamentárias.....	40
Nota 17 – Restos a Pagar	42
Nota 18 – Movimentação Financeira	43
Nota 19 – Superávit Financeiro	44

Introdução

Trata-se de apresentação das Notas Explicativas às demonstrações contábeis da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT referente ao exercício de 2017, abrangendo o Balanço Patrimonial – BP, a Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP, o Balanço Orçamentário – BO e o Balanço Financeiro – BF. Buscou-se adotar nos demonstrativos as práticas contábeis brasileiras aplicadas ao setor público, observando-se as orientações de adequação do processo de convergência aos padrões internacionais de contabilidade, tendo como base normativa o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP, Manual SIAFI, Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, Instruções Normativas e as legislações em vigência que regulam a matéria (Lei 4.320/64, Dec. 93.872/86, LC 101/00, dentre outras).

Cabe ressaltar que em decorrência do processo de convergência internacional da contabilidade, a ANTT está em fase de adequação e de ajustes para que os demonstrativos contábeis retratem a real situação patrimonial, orçamentária e financeira, com o afino de estar em conformidade com a legislação e normas de contabilidade aplicáveis ao Setor Público. Dessa forma, os demonstrativos contábeis ainda não estão retratando com fidedignidade a realidade patrimonial da Agência, cujos os pontos que ainda não estão em conformidade foram destacados nas respectivas Notas, bem como, evidenciados na Declaração do Contador.

Contexto Operacional

A Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, entidade da Administração Indireta vinculada ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil – MTPA, foi criada pela Lei 10.233, de 05 de junho de 2001, na qual lhe foi conferida o regime autárquico especial caracterizado pela independência administrativa, autonomia financeira e funcional e mandato fixo de seus dirigentes.

Sua estrutura organizacional compreende a Sede em Brasília/DF domiciliada no SCES Lote 10, Trecho 3, Projeto Orla, Polo 8, CEP 70.200-003. Além da Unidade Gestora da Sede que é a setorial orçamentária e financeira, possui outras seis unidades gestoras regionais com independência de execução orçamentária e financeira do Órgão, quais sejam: Unidades Regionais do Ceará, Maranhão, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, e duas unidades administrativas (Unidades Regionais da Bahia e de Pernambuco).

A ANTT tem como missão “assegurar aos usuários adequada prestação de Serviços de Transportes Terrestres” e como principais competências a regulação dos serviços de transportes terrestres, atuando sobre: a concessão de ferrovias, rodovias e transporte ferroviário associado à exploração da infraestrutura; a permissão do transporte coletivo regular de passageiros pelos meios rodoviário e ferroviário não associados à exploração da infraestrutura; e a autorização do transporte de passageiros por empresa de turismo e sob regime de fretamento, transporte internacional de cargas, transporte multimodal e terminais.

Neste contexto, ressalta-se a importância de que os demonstrativos contábeis da Agência retratem a sua realidade patrimonial e espelhem as suas atividades fins, de forma a subsidiar a transparência da gestão e prestar contas à sociedade, que é a principal usuária da informação contábil.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVAS SOBRE A FIDEDIGNIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa	Código do Órgão
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES – ANTT	39250
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2017, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições e alertas apontadas, cujas permanências no encerramento do exercício de 2017 encontram-se respectivamente justificadas nas considerações abaixo:</p> <p>ALERTA 306 - APROPRIACAO DESPESAS FORA PERIODO COMPETENCIA: refere-se às despesas que ainda estão sendo registradas após o período do fato gerador, apesar das orientações encaminhadas às áreas e da mudança do fluxo dos processos visando a apropriação no mês de ocorrência. No entanto, cabe ressaltar que em função da dinâmica dos trâmites processuais e, em alguns casos, da demora na entrega dos documentos fiscais por parte dos Fornecedores, a tempestividade das apropriações fica comprometida, não sendo possível atender integralmente ao Princípio da Competência. Há que se considerar, também, que o encerramento contábil ocorre no 5º útil do mês subsequente, não havendo prazo suficiente para registrar as despesas no respectivo mês de ocorrência.</p> <p>RESTRIÇÃO 604 - FALTA DE ATUALIZ. DE ATIVOS CIRCULANTES: refere-se à falta de atualização em relação aos créditos a receber decorrentes das multas aplicadas pela ANTT, pois não há disponibilidade de dados fidedignos e consolidados para evidenciar esta informação. Além disso, o sistema de gestão de multas da Agência (SIFAMA) encontra na etapa de desenvolvimento das funcionalidades relativas às fases de autuação e notificação das penalidades, momento em que ainda não estão sendo contempladas todas as modalidades de multa. Portanto, a demanda para o módulo contábil somente será aberta perante a GETIN à medida em que o SIFAMA avançar e estiver contemplando integralmente todos os tipos de multas, além da necessidade de considerar os passivos das multas emitidas nos sistemas anteriores. São consideradas também nesta restrição, a necessidade de aprimorar os critérios dos registros da Dívida Ativa para possibilitar a classificação de Longo e Curto Prazo, bem como a distinção dos registros por valor principal e adicionais de juros/multas, com o respectivo aprimoramento dos critérios do Ajuste para Perdas.</p> <p>RESTRIÇÃO 634 - FALTA AVALIACAO BENS MÓV/IMOV/INTANG/OUTROS: refere-se à falta de atualização do Imobilizado e do Intangível. A ANTT ainda não revisou o registro dos bens móveis, especificamente sobre a reavaliação/redução a valor recuperável conforme prevê a NBC T 16.10. Ocorre que a Agência utiliza o SIADS e este Sistema ainda não possui funcionalidade para permitir tais registros. Sobre o Intangível, há também a previsão deste controle patrimonial no SIADS, cuja funcionalidade também se encontra em fase de desenvolvimento.</p>	

RESTRIÇÃO 653 - SALDO ALONGADO/INDEVIDO. CONTAS DE CONTROLE: refere-se à necessidade de revisar os saldos das contas de controle de contratos e garantias recebidas, visto que as informações atuais não estão retratando com fidedignidade a realidade dos valores contratuais vigente. Para tanto, dependemos de informações a serem repassados pelas respectivas áreas, visto que também não há um sistema de gestão de contratos que proporcione esta informação de forma tempestiva.

RESTRIÇÃO 706 - DESPESAS EXERCÍCIO CORRENTE PAGAS COM RECURSOS DE “RAP”: esta restrição foi mantida em função da ocorrência de um pagamento de despesas do exercício corrente com nota de empenho do exercício anterior. As orientações sobre a correta utilização de recursos de Restos a Pagar foram repassadas às áreas no decorrer de todo o exercício e vêm, paulatinamente, sendo adequadas conforme prevê a legislação.

Apesar dos esforços no decorrer do exercício de 2017 no sentido de garantir que os demonstrativos contábeis da Agência retratem a sua realidade patrimonial com fidedignidade, ainda não é possível atendermos integralmente aos normativos contábeis vigentes, de forma especial às mudanças decorrentes do processo de convergência às normas internacionais, tendo em vista as limitações sistêmicas e de recursos humanos.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Brasília-DF	Data	08/02/2018
Contador Responsável	Cleides Silva Campos Fontenele	CRC nº	DF-018229/O

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanço Patrimonial

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	314.375.136,64	272.648.561,49	PASSIVO CIRCULANTE	32.757.360,17	35.532.804,07
Caixa e Equivalentes de Caixa	308.837.565,97	266.748.231,46	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	4.460,40	1.617.201,41
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	4.431.861,56	4.861.658,62	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	18.487.368,78	15.266.191,36
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	1.083.328,89	1.038.671,41	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	83.396,11
VPDs Pagas Antecipadamente	22.380,22	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	14.265.530,99	18.566.015,19
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.176.698.173,68	949.829.945,84	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.003.241.402,98	3.325.410,18
Ativo Realizável a Longo Prazo	626.539.340,97	407.446.961,78	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	626.539.340,97	407.446.961,78	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	659.515.095,76	428.891.538,72	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos de Longo Prazo	-32.975.754,79	-21.444.576,94	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Provisões a Longo Prazo	1.003.241.402,98	3.325.410,18
Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Resultado Diferido	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	1.035.998.763,15	38.858.214,25
Propriedades para Investimento	-	-			
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-			
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	522.942.030,90	525.599.689,42			
Bens Móveis	37.217.663,75	39.875.322,27			
Bens Móveis	80.288.887,69	80.141.337,12			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-43.071.223,94	-40.266.014,85			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	485.724.367,15	485.724.367,15			
Bens Imóveis	485.724.367,15	485.724.367,15			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	27.216.801,81	16.783.294,64			
Softwares	27.215.733,18	16.782.196,25			
Softwares	27.215.733,18	27.838.010,23			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-11.055.813,98			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			

Superintendência de Gestão - Gerência Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	1.068,63	1.098,39			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	1.148,00	1.148,00			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-79,37	-49,61			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	1.491.073.310,32	1.222.478.507,33	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.491.073.310,32	1.222.478.507,33

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	308.837.565,97	266.748.231,46	PASSIVO FINANCEIRO	97.129.663,56	91.912.927,84
ATIVO PERMANENTE	1.182.235.744,35	955.730.275,87	PASSIVO PERMANENTE	1.014.386.631,53	21.881.901,20
			SALDO PATRIMONIAL	379.557.015,23	1.108.683.678,29

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	1.963.394.412,42	3.827.480.531,81	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	518.245.265,13	433.217.371,07
Execução dos Atos Potenciais Ativos	1.963.394.412,42	3.827.480.531,81	Execução dos Atos Potenciais Passivos	518.245.265,13	433.217.371,07
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	1.963.394.412,42	3.827.480.531,81	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	15.223.574,76	24.243.142,73
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	503.021.690,37	408.974.228,34
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	1.963.394.412,42	3.827.480.531,81	TOTAL	518.245.265,13	433.217.371,07

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-6.640.137,37
Recursos Vinculados	218.348.039,78
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	218.348.039,78
TOTAL	211.707.902,41

Demonstração das Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.168.106.018,72	1.243.035.446,02
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.228.022,90	5.247.035,01
Impostos	-	-
Taxas	1.228.022,90	5.247.035,01
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	200.518.542,38	176.888.763,58
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	200.518.542,38	176.888.763,58
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	82.938,84	6.763,17
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	82.938,84	6.763,17
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	606.046.839,51	786.309.239,44
Transferências Intragovernamentais	603.218.870,64	782.596.365,93
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	2.827.968,87	3.712.873,51
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	104.104,51	490.286,91
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	41.459,51	416.638,95
Ganhos com Desincorporação de Passivos	62.645,00	73.647,96
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	360.125.570,60	274.093.357,91
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	1.662.215,62	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	358.463.354,98	274.093.357,91
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.900.995.303,80	830.513.416,27
Pessoal e Encargos	243.781.390,84	233.131.642,72
Remuneração a Pessoal	192.939.667,30	184.429.363,20
Encargos Patronais	39.757.626,43	36.968.394,12
Benefícios a Pessoal	9.833.803,43	10.352.472,07
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	1.250.293,68	1.381.413,33
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	13.347.866,17	9.964.896,98
Aposentadorias e Reformas	10.892.247,26	7.863.791,57
Pensões	2.424.869,84	2.047.398,66
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	30.749,07	53.708,75
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	247.095.322,76	232.636.021,32
Uso de Material de Consumo	1.538.418,53	2.112.487,22
Serviços	238.059.936,54	218.369.911,46
Depreciação, Amortização e Exaustão	7.496.967,69	12.153.622,64
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	2.192.799,65	1.639.513,03
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	2,78	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	2.192.796,87	1.639.513,03
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	373.462.822,16	342.167.388,11
Transferências Intragovernamentais	369.976.845,20	335.202.773,49
Transferências Intergovernamentais	7.142,49	3.507.345,83
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	3.478.834,47	3.457.268,79
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	15.766.056,85	6.236.688,91
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	13.025.776,64	5.881.687,64
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	293.312,08	24.746,50
Incorporação de Passivos	-	73.647,92
Desincorporação de Ativos	2.446.968,13	256.606,85

Superintendência de Gestão - Gerência Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Tributárias	3.938.200,42	3.556.578,22
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	647.455,55	576.384,30
Contribuições	3.290.744,87	2.980.193,92
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	"	"
Custo das Mercadorias Vendidas	"	"
Custos dos Produtos Vendidos	"	"
Custo dos Serviços Prestados	"	"
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.001.410.844,95	1.180.684,98
Premiações	"	"
Resultado Negativo de Participações	"	"
Operações da Autoridade Monetária	"	"
Incentivos	"	"
Subvenções Econômicas	"	"
Participações e Contribuições	"	"
Constituição de Provisões	1.000.083.609,63	42.868,48
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.327.235,32	1.137.816,50
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-732.889.285,08	412.522.029,75
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016

Balanço Orçamentário

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	3.313.043.378,00	3.313.043.378,00	324.488.792,45	-2.988.554.585,55
Receitas Tributárias	5.466.293,00	5.466.293,00	1.228.022,90	-4.238.270,10
Impostos	-	-	-	-
Taxas	5.466.293,00	5.466.293,00	1.228.022,90	-4.238.270,10
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	3.036.545.227,00	3.036.545.227,00	47.599.137,30	-2.988.946.089,70
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	3.036.545.227,00	3.036.545.227,00	47.599.137,30	-2.988.946.089,70
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	165.263.078,00	165.263.078,00	152.919.405,06	-12.343.672,94
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	165.263.078,00	165.263.078,00	152.919.405,06	-12.343.672,94
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	105.768.780,00	105.768.780,00	122.742.227,19	16.973.447,19
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	105.768.780,00	105.768.780,00	122.494.053,59	16.725.273,59
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	248.173,60	248.173,60
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	2.000.000,00	2.000.000,00	-	-2.000.000,00
Operações de Crédito	2.000.000,00	2.000.000,00	-	-2.000.000,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	2.000.000,00	2.000.000,00	-	-2.000.000,00
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-

Superintendência de Gestão - Gerência Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	3.315.043.378,00	3.315.043.378,00	324.488.792,45	-2.990.554.585,55
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	3.315.043.378,00	3.315.043.378,00	324.488.792,45	-2.990.554.585,55
DEFICIT			219.575.197,55	219.575.197,55
TOTAL	3.315.043.378,00	3.315.043.378,00	544.063.990,00	-2.770.979.388,00
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	591.234.907,00	566.163.892,00	531.213.262,01	474.903.190,49	467.182.579,31	34.950.629,99
Pessoal e Encargos Sociais	249.481.798,00	252.834.713,00	250.921.545,21	250.921.545,21	250.917.084,81	1.913.167,79
Juros e Encargos da Dívida	231.037,00	231.037,00	-	-	-	231.037,00
Outras Despesas Correntes	341.522.072,00	313.098.142,00	280.291.716,80	223.981.645,28	216.265.494,50	32.806.425,20
DESPESAS DE CAPITAL	7.900.000,00	13.400.000,00	12.850.727,99	157.567,71	145.940,71	549.272,01
Investimentos	7.900.000,00	13.400.000,00	12.850.727,99	157.567,71	145.940,71	549.272,01
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.976.043.378,00	2.976.043.378,00	-	-	-	2.976.043.378,00
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	3.575.178.285,00	3.555.607.270,00	544.063.990,00	475.060.758,20	467.328.520,02	3.011.543.280,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-

Superintendência de Gestão - Gerência Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	3.575.178.285,00	3.555.607.270,00	544.063.990,00	475.060.758,20	467.328.520,02	3.011.543.280,00
TOTAL	3.575.178.285,00	3.555.607.270,00	544.063.990,00	475.060.758,20	467.328.520,02	3.011.543.280,00

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	20.022.044,69	46.508.374,53	31.764.218,43	31.200.365,70	22.462.206,74	12.867.846,78
Pessoal e Encargos Sociais	-	200.000,00	164.734,03	164.734,03	35.265,97	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	20.022.044,69	46.308.374,53	31.599.484,40	31.035.631,67	22.426.940,77	12.867.846,78
DESPESAS DE CAPITAL	6.770.832,95	15.476.711,11	15.475.380,95	15.475.380,95	155.853,26	6.616.309,85
Investimentos	6.770.832,95	15.476.711,11	15.475.380,95	15.475.380,95	155.853,26	6.616.309,85
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	26.792.877,64	61.985.085,64	47.239.599,38	46.675.746,65	22.618.060,00	19.484.156,63

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	583.113,57	2.544.801,32	2.175.879,57	46.337,53	905.697,79
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	583.113,57	2.544.801,32	2.175.879,57	46.337,53	905.697,79
DESPESAS DE CAPITAL	4.128,78	1.059,99	1.059,99	628,78	3.500,00
Investimentos	4.128,78	1.059,99	1.059,99	628,78	3.500,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	587.242,35	2.545.861,31	2.176.939,56	46.966,31	909.197,79

Superintendência de Gestão - Gerência Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Balanço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias	324.488.792,45	300.335.942,81	Despesas Orçamentárias	544.063.990,00	468.395.423,99
Ordinárias	521.992,54	1.656.052,82	Ordinárias	260.739.371,80	251.572.951,43
Vinculadas	329.901.683,55	301.017.665,79	Vinculadas	283.324.618,20	216.822.472,56
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	329.901.683,55	301.017.665,79	Seguridade Social (Exceto RGPS)		8.371.183,68
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-5.934.883,64	-2.337.775,80	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	283.324.618,20	208.451.288,88
Transferências Financeiras Recebidas	603.217.613,08	779.873.422,70	Transferências Financeiras Concedidas	369.975.587,64	335.202.773,49
Resultantes da Execução Orçamentária	376.710.924,16	335.195.603,10	Resultantes da Execução Orçamentária	23.136.280,07	23.167.361,27
Repasso Recebido	356.298.254,13	314.679.856,45	Repasso Concedido	2.022.213,04	2.580.959,56
Sub-repasso Recebido	20.400.391,15	20.514.250,22	Sub-repasso Concedido	20.400.391,15	20.514.250,22
Sub-repasso Devolvido	12.278,88	1.496,43	Repasso Devolvido	701.397,00	70.655,06
Independentes da Execução Orçamentária	226.506.688,92	444.677.819,60	Sub-repasso Devolvido	12.278,88	1.496,43
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	46.342.818,55	288.105.498,74	Independentes da Execução Orçamentária	346.839.307,57	312.035.412,22
Demais Transferências Recebidas	124.783,30	275.597,62	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	10.457.079,62	7.657.738,87
Movimentação de Saldos Patrimoniais	180.039.087,07	156.296.723,24	Movimento de Saldos Patrimoniais	336.382.227,95	304.377.673,35
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	77.474.542,09	65.254.341,26	Despesas Extraorçamentárias	49.052.035,47	305.297.139,97
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	7.732.238,18	2.419.558,45	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	2.176.939,56	4.932.288,71
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	69.003.231,80	61.985.085,84	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	46.675.746,65	300.179.095,70
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	198.207,51	156.153,43	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	198.207,51	156.153,43
Outros Recebimentos Extraorçamentários	540.864,60	693.543,74	Outros Pagamentos Extraorçamentários	1.141,75	29.602,13
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		1.190,90	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	1.021,74	
Restituições a Pagar		368,76	Demais Pagamentos	120,01	29.602,13
Arrecadação de Outra Unidade	540.864,60	689.670,88			
Valores para Compensação		2.313,22			
Saldo do Exercício Anterior	266.748.231,46	230.179.862,14	Saldo para o Exercício Seguinte	308.837.565,97	266.748.231,46
Caixa e Equivalentes de Caixa	266.748.231,46	230.179.862,14	Caixa e Equivalentes de Caixa	308.837.565,97	266.748.231,46
TOTAL	1.271.929.179,08	1.375.643.568,91	TOTAL	1.271.929.179,08	1.375.643.568,91

Superintendência de Gestão - Gerência Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Demonstração do Fluxo de Caixa

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	57.711.716,16	284.334.049,19
INGRESSOS	928.445.477,64	1.081.057.871,78
Receitas Derivadas e Originárias	324.488.792,45	300.335.942,81
Receita Tributária	1.228.022,90	5.278.795,14
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	47.589.137,30	37.905.745,96
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	152.919.405,06	138.983.325,37
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	122.742.227,19	118.168.076,34
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	603.956.685,19	780.721.928,97
Ingressos Extraorçamentários	198.207,51	156.153,43
Restituições a Pagar	-	368,76
Transferências Financeiras Recebidas	603.217.613,08	779.873.422,70
Arrecadação de Outra Unidade	540.864,60	689.670,86
Valores para Compensação	-	2.313,22
DESEMBOLSOS	-870.733.761,48	-796.723.822,59
Pessoal e Demais Despesas	-459.907.870,42	-420.515.864,54
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-15.168,51
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-13.746.369,58	-9.818.703,30
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-4.000,00	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-

Superintendência de Gestão - Gerência Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade

	2017	2016
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-446.156.479,10	-410.683.183,63
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-1.021,74	1.190,90
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-40.651.975,90	-40.819.429,00
Intergovernamentais	-90.538,60	-3.370.607,76
A Estados e/ou Distrito Federal	-90.538,60	-3.370.607,76
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-40.561.437,30	-37.395.479,28
Outras Transferências Concedidas	-	-53.341,96
Outros Desembolsos das Operações	-370.173.915,16	-335.388.529,05
Despêndios Extraorçamentários	-196.207,51	-156.153,43
Transferências Financeiras Concedidas	-369.975.587,64	-335.202.773,49
Demais Pagamentos	-120,01	-29.602,13
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-15.622.381,65	-247.765.679,87
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-15.622.381,65	-247.765.679,87
Aquisição de Ativo Não Circulante	-5.822.310,72	-243.105.622,37
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-9.800.070,93	-4.660.057,50
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-

Superintendência de Gestão - Gerência Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade

	2017	2016
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	42.089.334,51	36.568.369,32
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	266.748.231,46	230.179.862,14
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	308.837.565,97	266.748.231,46

BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT referente ao exercício de 2017 foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As considerações apontadas são realizadas a partir das informações obtidas com as áreas organizacionais da Agência e dos registros realizados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), no qual estão consolidadas as contas das Unidades Gestoras que compõem o Órgão 39250 (ANTT), a saber:

- 393001 SEDE (Setorial Financeira e Orçamentária);
- 393038 Unidade Regional do Rio de Janeiro – URRJ;
- 393047 Unidade Regional de São Paulo –URSP;
- 393048 Unidade Regional de Minas Gerais – URMG;
- 393090 Unidade Regional do Ceará – URCE;
- 393091 Unidade Regional do Maranhão – URMA;
- 393092 Unidade Regional do Rio Grande do Sul – URRS.

As demonstrações analisadas se referem ao: I. Balanço Patrimonial (BP); II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); III. Balanço Orçamentário (BO); IV. Balanço Financeiro (BF) cuja metodologia adotada baseou-se nas análises vertical e horizontal das variações ocorridas entre o período de 31/12/2016 a 31/12/2017.

RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

Os principais critérios e políticas contábeis adotados nas demonstrações foram os seguintes:

- a. Moeda funcional: os saldos das demonstrações contábeis estão apresentados pela moeda funcional da União que é o “Real”. Não há valores em moeda estrangeira, não havendo, portanto, necessidade de conversão de valores.
- b. Caixa e Equivalente de Caixa: são mensurados pelo valor de custo. O saldo corresponde aos valores de Limite de Saque com vinculação de pagamento relativos às Programações Financeiras e aos valores diretamente arrecadados referentes à Receita Própria da ANTT.
- c. Créditos a curto prazo: composto pelos adiantamentos concedidos a pessoal referentes ao 13º salário, ao 1/3 de férias. Ressalta-se que ainda não estão contemplados os créditos não tributários decorrentes das Multas por infração aplicadas pela ANTT, tendo em vista que ainda não foi possível viabilizar uma funcionalidade no sistema que possa fornecer, com fidedignidade, essas informações de créditos a receber.
- d. VPDs pagas antecipadamente: composto pelo pagamento de prestação de serviços, cujo fato gerador ainda irá ocorrer conforme as datas já inseridas no cronograma de despesas.
- e. Estoques: são compostos pelos bens de almoxarifado cujo sistema utilizado para controle é o SIADS, que adota o Custo Médio Ponderado – CMP como o método de mensuração e avaliação das saídas dos estoques.
- f. Ativo Realizável a Longo Prazo: compreende os créditos a receber a longo prazo referente à Dívida Ativa Não Tributária registrados conforme as informações mensais repassadas pela PGF-ANTT. Conforme já mencionado no item “c” desta Nota, não há informações fidedignas disponíveis em relação aos créditos não tributários decorrentes das multas a receber aplicadas pela ANTT, motivo pelo qual não estão evidenciados no ARLP.

-
- g. Ajuste para perdas da Dívida Ativa: historicamente é aplicado o percentual de 5% do valor total a receber. Considerando que a inadimplência do crédito alcançou a fase de cobrança judicial, entende-se que a possibilidade de recuperação deste valor tende a não se realizar totalmente. Dessa forma, na impossibilidade de ser estabelecer a estimativa de perdas fundamentadas no histórico de recebimento, decidiu-se por manter este percentual. No entanto, esse critério necessita de revisão e aprimoramento de metodologia para que se retrate a real recuperabilidade desses créditos.
- h. Imobilizado: compreende (I) os bens móveis reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição sujeitos à apropriação mensal de depreciação e (II) os bens imóveis em andamento avaliados pelo custo de desembolso dos aportes para realização de obras em rodovias concedidas e pelos. O Sistema de controle patrimonial adotado pela ANTT é o SIADS, dessa forma, os bens móveis ainda não passaram pelo critério de reavaliação e redução ao valor recuperável, visto que esta funcionalidade ainda está em fase de implementação no Sistema.
- i. Intangível: corresponde às aquisições de Softwares e Licenças com vida útil Indefinida e à Marca da ANTT reconhecidos pelo custo de aquisição. Cabe destacar que, após análise conjunta com a Gerência de Tecnologia da Informação da ANTT houve uma mudança de política para reconhecimento desses bens, pois foi constatado que os itens anteriormente registrados como Software de vida útil definida se tratavam de Software com vida útil indefinida, sendo necessário fazer os ajustes nas respectivas contas contábeis.
- j. Depreciação e Amortização: a depreciação dos bens móveis é calculada automaticamente pelo Sistema SIADS utilizando o método de quotas constantes. Para tanto, leva-se em consideração o tempo de vida útil econômica do bem, o qual é calculado em função do prazo em que é possível obter o seu retorno econômico, considerando o desgaste físico decorrente do uso e da capacidade de geração de benefícios econômicos futuros. A amortização do intangível se refere à utilização da Marca da ANTT cujo método adotado é o de quotas constantes de acordo com o prazo de vigência de uso.
- k. Passivo Circulante: está compreendido pelas obrigações a curto prazo envolvendo os Fornecedores Nacionais, Repartição a Outros Entes e demais créditos a curto prazo, cujos registros foram reconhecidos pelo valor apresentado em documento hábil próprio.
- l. Passivo Não Circulante: está composto pela Provisão para indenizações de riscos cíveis, calculada e atualizada conforme os critérios técnicos e valores informados pela respectiva área responsável.
- m. Passivo Contingente: embora não seja reconhecido nas demonstrações contábeis, há o registro de passivo contingente referente aos valores de recomposição do reequilíbrio econômico financeiro dos Contratos de Concessões da Companhia de Concessão Rodoviária de Juiz de Fora – Rio S.A. – CONCERT (Contrato Nº PG/138/95-00 – Termo Aditivo Nº 12/2014) e Concessionária da Rodovia Osório Porto Alegre S.A. – CONCEPA (contrato Nº PG/016/97-00 – Termo Aditivo Nº 13/2014). Estes valores foram registrados de acordo com as previsões de desembolsos dos aportes previstos nos contratos e é atualizado mensalmente conforme informações repassadas pela área finalística responsável.

PRINCIPAIS MUDANÇAS NAS PRÁTICAS E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Transferências Voluntárias: Motivada pelo Acórdão nº 1320/2017 do Tribunal de Contas da União (TCU), a Coordenação Geral de Contabilidade da União (CCONT/STN) efetuou um estudo sobre tratamento contábil dado até então em relação aos recursos financeiros repassados em razão das transferências voluntárias. Como resultado desse estudo, no 3º trimestre de 2017, a União efetuou a baixa do seu saldo de Adiantamento de Transferências Voluntárias, no montante de R\$ 131,2 bilhões, em contrapartida de Ajustes de Exercícios Anteriores, no Patrimônio Líquido, pelo novo entendimento de que tal montante não atende todos os critérios contábeis para reconhecimento como ativo.

(FONTE: DECON – 3º trimestre de 2017 – Secretaria do Tesouro Nacional – Ministério da Fazenda

http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/243309/DCON_2017_Trimestre_3.pdf/8345c855-0eb5-4c08-a9aa-2415bbb974c4

Intangíveis: A Gerência de Finanças e Contabilidade – GEFIN, juntamente com a Gerência de Tecnologia – GETIN, da ANTT, fez uma revisão nos registros dos intangíveis e identificou que havia despesas com licença de software com uso de 12 meses classificadas equivocadamente como “software de vida útil definida”. Porém, estes itens não se tratava de ativos, os quais foram desreconhecidos com as respectivas reversões das amortizações.

Assim, até o presente exercício, a ANTT possui apenas os “softwares com vida útil indefinida” registradas em seu intangível, os demais softwares adquiridos têm licença inferior a dois anos, motivo pelo qual não estão sendo registrados como ativo, sendo reconhecidos como VPDs de serviços antecipados.

Nota 1 – Ativo Circulante e Não Circulante

Tabela 1 – Ativo – Variação e Composição

	31/12/2017	31/12/2016	AH	AV
Ativo Circulante	314.375.137	272.648.561	15,30%	21,08%
Ativo Não Circulante	1.176.698.174	949.829.946	23,89%	78,92%
TOTAL DO ATIVO	1.491.073.310	1.222.478.507	21,97%	100,00%

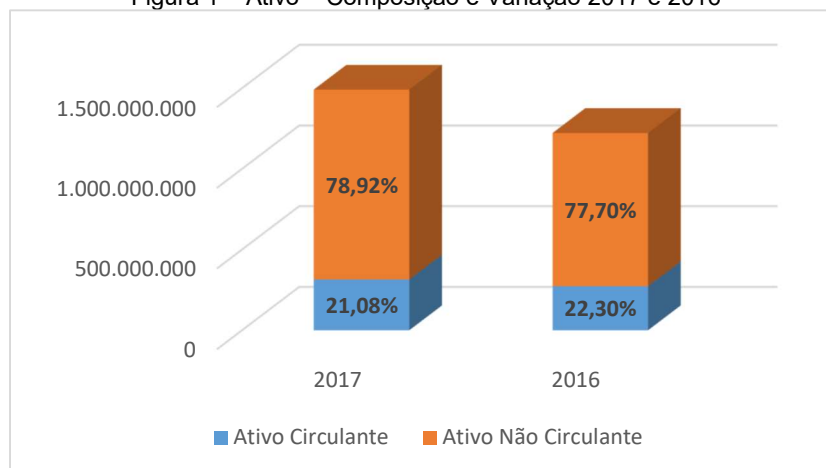
O Ativo está composto por 21,08% do Ativo Circulante e por 78,92% do Ativo Não Circulante.

O total da classe Ativo aumentou 21,97% em relação ao exercício de 2016, sendo que o grupo circulante apresentou o percentual de variação de 15,30% e o não circulante de 23,89% (Tabela 1).

Tabela 2 – Ativo Circulante – Variação e Composição

	31/12/2017	31/12/2016	AH	AV
Caixa e Equivalentes de Caixa	308.837.566	266.748.231	15,78%	98,24%
Demais Créditos e Valores CP	4.431.862	4.861.659	-8,84%	1,41%
Estoques	1.083.329	1.038.671	4,30%	0,34%
VPDs de Serviços Pagos Antecipadamente	22.380	-	-	0,01%
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	314.375.137	272.648.561	15,30%	100,00%

Figura 1 – Ativo – Composição e Variação 2017 e 2016

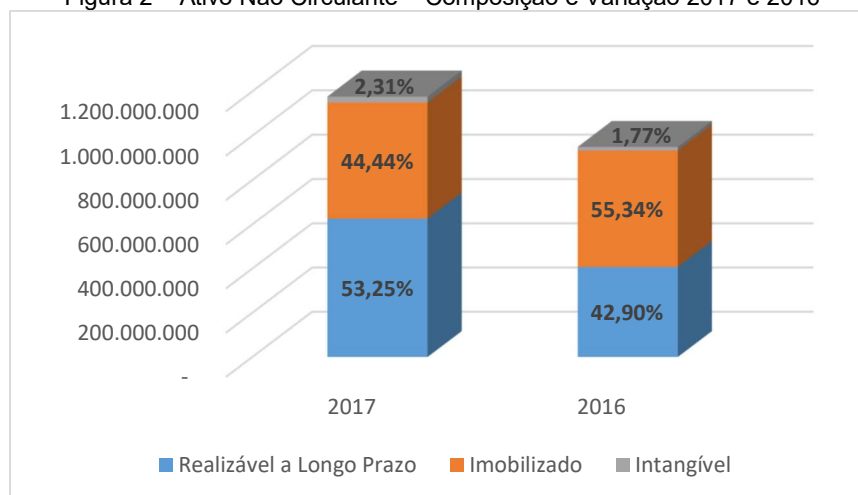


Verifica-se que ocorreram mudanças na composição no Ativo Circulante (Tabela 2) com o acréscimo do subgrupo “VPDs de Serviços Pagos Antecipadamente” em que se passou a registrar as licenças de softwares com prazo de utilização de 12 meses, as quais eram registradas indevidamente no subgrupo do Intangível em “softwares com vida útil definida”; há ainda o aprimoramento dos procedimentos, cuja emissão da Orientação Contábil GEFIN/SUDEG/ANTT nº 001/2017 alerta e orienta as Unidades Gestoras sobre os critérios para identificação e evidenciação correta de todas despesas antecipadas em que o pagamento ocorre antes da ocorrência do fato gerador.

Tabela 3 – Ativo Não Circulante – Variação e Composição

	31/12/2017	31/12/2016	AH	AV
Realizável a Longo Prazo	626.539.341	407.446.962	53,77%	53,25%
Imobilizado	522.942.031	525.599.689	-0,51%	44,44%
Intangível	27.216.802	16.783.295	62,17%	2,31%
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.176.698.174	949.829.946	23,89%	100,00%

Figura 2 – Ativo Não Circulante – Composição e Variação 2017 e 2016



Em relação ao Ativo Não Circulante (Tabela 3), verifica-se que mais da metade deste grupo corresponde ao subgrupo Realizável a Longo Prazo, cujos 53,25% se referem à Dívida Ativa. No exercício anterior, a representatividade do subgrupo “Realizável a Longo Prazo” era de 42,90% (Figura 2), o que demonstra um aumento do registro de dívida ativa no decorrer de 2017. Esta análise é confirmada também no aumento de 53,77% em relação ao ano anterior. Por consequência, a representatividade do Imobilizado reduziu de 55,34% para 44,44% (Figura 2), apesar de a variação neste Subgrupo ter sido irrelevante (0-0,51%). Já a variação de 62,17% do Intangível apresentada no decorrer do exercício se deve às novas aquisições de “softwares com vida útil ilimitada”, bem como à reclassificação dos itens reconhecidos inicialmente como “softwares de vida útil limitada”, cuja regularização incorreu também na reversão da amortização, conforme levantamento de informações e confirmação perante a Gerência de Tecnologia da Informação – GETIN.

Nota 2 – Caixa e Equivalente de Caixa

Tabela 4 – Ativo Não Circulante – Variação e Composição

FONTE	393001	393038	393047	393048	393090	393091	393092	TOTAL	AV
0100	2.412.327							2.412.327	0,78%
0129	1.031.436			68.886				1.100.322	0,36%
0174	9.662.498	380	4.275	5.208	160.256	86.405	607	9.919.629	3,21%
0250	294.709.915	3.995	295.028	29.313	12.610	5.558	220.666	295.277.084	95,61%
0650	128.204							128.204	0,04%
VALOR	307.944.380	4.375	299.303	103.406	172.866	91.963	221.273	308.837.566	100,00%
% UG	99,71%	0,00%	0,10%	0,03%	0,06%	0,03%	0,07%	100,00%	

O subgrupo Caixa e Equivalente de Caixa é composto pela disponibilidade na conta “Limite de Saque com Vinculação de Pagamento” (11.112.20.01) compreendendo os recursos liberados pela Programação Financeira e em sua maioria pelos Recursos Próprios diretamente arrecadados (Fonte 250).

O valor total de **R\$ 308.837.566** está distribuído entre as Unidades Gestoras e as respectivas Fontes de Recursos (Tabela 4).

Ressalta-se que os valores disponíveis, em sua quase totalidade, estão concentrados na UG 393001 correspondendo a 99,71% pois se trata da Setorial Financeira do Órgão. Além disso, dos valores totais, o percentual de 95,61% se refere à aos valores diretamente arrecadados da Fonte Própria 0250.

Nota 6 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Tabela 5 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo – Variação e Composição

	31/12/2017	31/12/2016	AH	AV
13º Adiantamento	2.423.362	2.138.715	13,31%	54,68%
Adiantamento 1/3 férias	2.008.500		100,00%	45,32%
Adiantamentos de Transferência Voluntária		2.722.943	-100,00%	0,00%
TOTAL DEMAIS CRÉDITOS E VALORES CP	4.431.862	4.861.659	-8,84%	100,00%

Em relação aos créditos a receber, destaca-se que ainda não há informações fidedignas e sistematizadas para efetuar os registros decorrentes das multas aplicadas por parte da ANTT. Portanto, os valores que compõem este subgrupo se referem aos adiantamentos realizados a servidores em 2017 (Tabela 5).

As variações observadas nos Adiantamentos referentes ao 13º salário e ao 1/3 de férias se devem ao aprimoramento dos procedimentos de registro do Demonstrativo de Despesa de Pessoal DDP disponibilizado no SIAPE, e de forma especial à adoção do regime de competência visando atender os princípios contábeis e os normativos vigentes.

Em relação ao Adiantamento de Transferência Voluntária, providenciou-se o desconhecimento destes ativos, tendo em vista a mudança de critério estabelecido pela Coordenação Geral de Contabilidade da União – CCONT/STN em que efetuou um estudo sobre o correto tratamento contábil motivada pelo Acórdão nº 13020/2017 do Tribunal de Contas da União – TCU, conforme já mencionado na Nota 3.

Nota 3 – Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

Verifica-se que não há valores registrados no período anterior (Tabela 2), pois, somente a partir do exercício de 2017 é que se passou a adotar o aprimoramento dos procedimentos adequados para as despesas pagas com fato gerador futuro, conforme Orientação Contábil GEFIN/SUDEG/ANTT nº 001/2017. A quase totalidade desta conta está composta pela aquisição da licença de softwares com vigência de 12 meses.

Nota 4 - Créditos a Longo Prazo

Tabela 6 – Créditos a Longo Prazo – Variação e Composição

	31/12/2017	31/12/2016	AH	AV
Dívida Ativa Não Tributária	659.515.096	428.891.539	53,77%	105%
(-) Ajustes para Perdas de Créditos LP	-32.975.755	-21.444.577	53,77%	-5%
TOTAL DO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	626.539.341	407.446.962	53,77%	100,00%

Os valores registrados referentes à Dívida Ativa se referem a informações repassadas mensalmente pela Procuradoria Geral – PGF/ANTT, não sendo ainda possível fazer as distinções de longo e curto prazo, por limitações dos sistemas atualmente utilizados. Verifica-se que houve um aumento de 53,77% no registro de processos de cobrança judicial (Tabela 6) em função do aprimoramento dos processos de inscrição do sistema SAPIENS da Advocacia Geral da União - AGU.

Em relação ao “Ajuste para Perdas da Dívida Ativa” estabeleceu-se o percentual de 5% até que seja possível aprimorar os critérios de reconhecimento com base em dados sistematizados para mensuração fidedigna deste valor. Em dez/2017 a GEFIN solicitou revisão deste critério de registro à PGF/ANTT, para que avaliasse se o percentual aplicado retrataria ou não à situação real de perdas dos valores inscritos, no entanto, a Procuradoria nos informou que não possui elementos/dados para embasar estes valores. Dessa forma, ainda que não haja critérios mais sofisticados para o ajuste de perdas, e até que se obtenha, optou-se por manter a redução de 5% dos valores inscritos, tendo em vista que, pelo simples fato de a cobrança chegar à instância judicial, considera-se que não seja provável o recebimento integral desses valores.

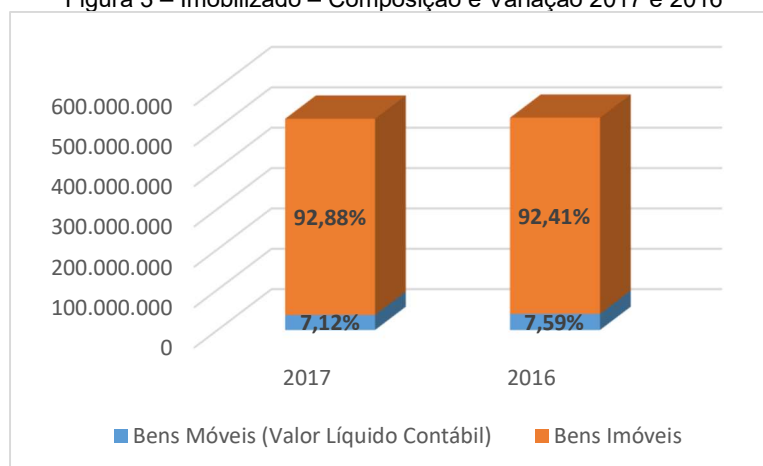
Nota 5 - Imobilizado

O Imobilizado da ANTT está composto pelos bens móveis e bens imóveis, na seguinte proporção:

Tabela 7 – Imobilizado – Variação e Composição

	31/12/2017	31/12/2016	AH	AV
Bens Móveis (Valor Líquido Contábil)	37.217.664	39.875.322	-6,66%	7,12%
Bens Imóveis	485.724.367	485.724.367	0,00%	92,88%
TOTAL DO IMOBILIZADO	522.942.031	525.599.689	-0,51%	100,00%

Figura 3 – Imobilizado – Composição e Variação 2017 e 2016



Bens Móveis

Os bens móveis que compõem o Imobilizado da ANTT estão registrados pelo critério do custo de aquisição e com a respectiva depreciação. O critério de mensuração (reavaliação ou redução ao valor recuperável) destes bens ainda não foi revisto, pois, a funcionalidade para permitir estes registros ainda está em desenvolvimento no Sistema SIADS.

Tabela 8 – Bens Móveis – Variação e Composição

	31/12/2017	31/12/2016	AH	AV
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	5.993.967	6.061.132	-1,11%	16,11%
Bens de Informática	37.480.435	37.182.556	0,80%	100,71%
Móveis e Utensílios	15.950.140	15.626.340	2,07%	42,86%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	1.692.707	1.690.742	0,12%	4,55%
Veículos	12.723.545	12.760.127	-0,29%	34,19%
Bens Móveis em Almoxarifado	1.962		100,00%	0,01%
Demais Bens Móveis	6.446.131	6.820.441	-5,49%	17,32%
Depreciação Acumulada de Bens Móveis	-43.071.224	-40.266.015	6,97%	-115,73%
TOTAL BENS MÓVEIS	37.217.664	39.875.322	-6,66%	100,00%

Ressalta-se que o item “Bens Móveis em Almoxarifado” se refere às aquisições realizadas pela URSP, os quais foram requisitados no sistema e baixados deste item somente no dia 02/01/2018. As demais variações de bens móveis mantiveram-se com o comportamento linear.

Bens Imóveis

Os bens imóveis que compõem o Imobilizado da ANTT se referem aos aportes desembolsados para execução de obras em andamento, assim distribuídos:

Tabela 9 – Bens Imóveis – Variação e Composição

	31/12/2017	31/12/2016	AH	AV
Obras em andamento	479.046.367	479.046.367	-	98,63%
Estudos e projetos	6.678.000	6.678.000	-	1,37%
TOTAL BENS IMÓVEIS	485.724.367	485.724.367	-	100,00%

Não houve alteração na composição dos bens imóveis, ficando, portanto, a mesma configuração já informada no exercício anterior.

Foi encaminhado o Memorando nº 111/2017/SUDEG questionando à Superintendência Executiva – SUEXE sobre o avanço dos estudos/projetos do Convênio de Cooperação Técnica ATN/KK-12380-BR para o projeto Trem de Alta Velocidade - TAV, no sentido de reavaliar se a evidenciação deste valor está de acordo com os fatos. A SUEXE nos informou por meio do Memorando nº 106/2017/SUEXE que o projeto TAV foi transferido para a Empresa de Planejamento e Logística – EPL. Assim, encaminhamos esta demanda à Coordenação de Contabilidade do Ministério dos Transportes – MTPA solicitando auxílio na adequação destes registros perante à EPL que é a atual responsável pelo TAV.

Nota 6 - Intangível

Tabela 10 – Intangível – Variação e Composição

	31/12/2017	31/12/2016	AH	AV
Softwares com Vida Útil Definida	-	27.153.010	-100,00%	-
Softwares com Vida Útil Indefinida	27.215.733	685.000	3873,10%	100,00%
Marcas/Direitos e Patentes	1.148	1.148	0,00%	0,00%
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-11.055.864	-100,00%	-
(-) Amortização Acumulada Marcas, Direitos Pat.	-79	-50	59,99%	0,00%
TOTAL BENS INTANGÍVEIS	27.216.802	16.783.245	62,17%	100,00%

As aquisições de softwares e licenças estão registradas pelo valor do custo de aquisição.

Após conclusão da análise dos registros dos itens que compõem o Ativo Intangível, e de acordo com as informações repassadas pela Gerência de Tecnologia da Informação – GETIN, verificou-se que havia equívocos nestas classificações. Assim, no decorrer do atual exercício, foram realizados os ajustes dos demais itens que faziam parte da conta de “software de vida útil definida” os quais foram reclassificados para a conta de “software de vida útil indefinida”, e em outros casos, alguns subitens foram baixados por

se tratarem de licença de software com prazo de utilização de 12 meses. Por consequência, os registros de amortização acumulada de softwares foram devidamente baixados com reflexo no ajuste de exercício anterior.

Ressalta-se que o aprimoramento das informações, para que se garanta a fidedignidade na evidenciação dos intangíveis, depende das implementações de funcionalidades no SIADS e do levantamento e controle dos softwares desenvolvidos internamente na ANTT motivo pelo qual, entende-se que este ativo está subavaliado, pois, atualmente estão registradas somente as aquisições de licenças de softwares com utilização por prazo indeterminado, cuja inscrição genérica segue a seguinte máscara "IS + ANO DO CONTRATO + NÚMERO DO CONTRATO + SEQUENCIAL DE ITENS NO CONTRATO" (Tabela 11).

Em relação ao registro da atual Marca da ANTT, foi registrada pelo custo histórico de R\$ 298,00, cujo tempo de vigência do registro é de dez anos, conforme registro P183038 – Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI, com amortização de 0,8322% ano mês no valor de R\$ 2,48.

Tabela 11 – Softwares com Vida Útil Indefinida – Composição

INSCRIÇÃO GENÉRICA	TÍTULO	VALOR
IS0911101	SISTEMA PROTEÇÃO REDE DE DADOS	172.000
IS1009301	LICENCA DE USO SOFTWARE	49.450
IS1101301	LICENCA TRANSCAD STANDARD	95.589
IS1104301	LICENCA SOFTWARES GRAFICOS	71.590
IS1200301	MANUTENCAO CORRETIVA	646.000
IS1204901	CRIOGRAFIA DE DADOS	183.158
IS1301201	SEGURANCA UNIFICADA	1.636.848
IS1301301	MODULO SEGURANÇA CRYPTOGRFICO	179.200
IS1304801	LICENCIAMENTO DE ANTIVIRUS	56.085
IS1401701	LICENÇA DE USO SYMANTEC	318.960
IS1402001	REDE LOCAL WIRELESS	472.612
IS1402601	FORNECIMENTO DE BACKUP	2.781.660
IS1402801	LICENÇA DE USO SYMANTEC	158.200
IS1404301	USO SISTEMA COMPOR MULTIUSUARIO	25.432
IS1404601	LICENÇA DE USO - ADOBE	171.250
IS1405801	MODULO DE CAPTURA DE DADOS	1.917.660
IS1406101	LICENÇA USO SOFTWARE QWARE COLLAB	3.363.337
IS1406901	LICENÇA DE USO - AUTODESK	901.466
IS1407601	PREVENÇÃO DE AMEAÇAS	3.277.167
IS1408101	LICENÇA BLINDAGEM APLICAÇÃO WEB	930.000
IS1503301	PACOTE DECISION TOOLS DISPENSA	7.999
IS1603701	LICENCIAMENTO DE MODULO CENTRAL	190.000
IS1603702	LICENCIAMENTO DE MODULO DOS COLETORES	215.000
IS1603703	LICENCIAMENTO DO MODULO DA ANALISE	280.000
IS1603801	MODULO CENTRAL GERENCIAMENTO SERV B DADOS	750.000

Superintendência de Gestão

Gerência de Finanças e Contabilidade

INSCRIÇÃO GENÉRICA	TÍTULO	VALOR
IS1604001	LICENCA DO VMWARE VPCLOUD SUITE 6.0	1.384.570
IS1604002	LICENCA DO VMWARE VPCENTER SERVER 6.0	80.336
IS1604003	LICENCA DO VMWARE VPCENTER SITE R. MANAGER 6.0	169.598
IS1604101	LICENCA SYMANTEC NETBACKUP	1.200.000
IS1604501	LICENCA PERPETUA SYMANTEC ENDPOINT	55.200
IS1604502	LICENCA PERPETUA SYMANTEC DATA LOSS PREVENT	599.000
IS1604503	LICENCA PERPETUA SYMANTEC CRIPTOGRAFIA PGP	595.000
IS1604504	LICENCA PERPETUA SYMANTEC PROTECAO AVANÇADA	219.000
IS1604505	LICENCA PERPETUA SYMANTEC ALTIRIS	875.000
IS1604506	LICENCA PERPETUA SYMANTEC ATP	1.128.750
IS1604507	LICENCA PERPETUA SYMANTEC COMPLIANCE	40.400
IS1604508	LICENCA PERPETUA SYMANTEC OTP PORTAL	205.000
IS1604601	MODULO GERENCIAMENTO DADOS MESTRE - IR	1.240.000
IS1604602	MODULO SUBCONJUNTO DADOS E MASCARAMENTO TDM	560.000
IS1701801	LICENCA TEAMVIEWER 12 BUSINESS 859415975249	1.299
IS1701802	LICENCA TEAMVIEWER 12 BUSINESS 650091176148	1.299
IS1701803	LICENCA TEAMVIEWER 12 BUSINESS 34478953049	1.299
IS1701804	LICENCA TEAMVIEWER 12 BUSINESS 440766377046	1.299
IS1704601	SOFTWARE LICENCE M-MACBETH PROFESSIONAL	8.021
TOTAL DOS SOFTWARES COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA		27.215.733

Nota 7 – Passivo Exigível

Tabela 12 – Passivo Exigível (Circulante e Não Circulante) – Variação e Composição

	31/12/2017	31/12/2016	AH	AV
Passivo Circulante	32.757.360	35.532.804	-7,81%	3,16%
Passivo Não Circulante	1.003.241.403	3.325.410	30068,95%	96,84%
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	1.035.998.763	38.858.214	2566,10%	100%

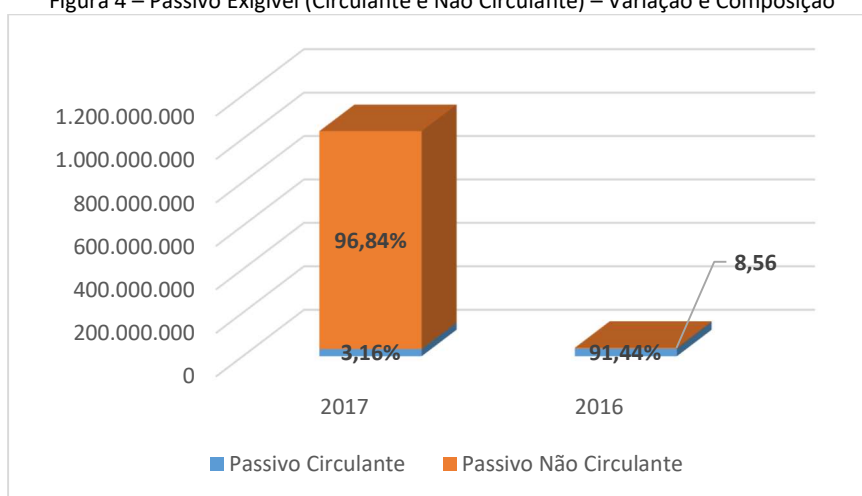
A variação apresentada no Passivo Circulante demonstra que, em relação ao exercício anterior, houve um decréscimo na apropriação das obrigações a curto prazo da ANTT (Tabela 12), cujos valores sempre são registrados com suporte em documento hábil próprio.

Já a variação apresentada no Passivo Não Circulante no percentual de 30.068,95% (Tabela 12) torna-se relevante por gerar um impacto considerável no patrimônio da ANTT, decorrente do registro realizado pela Coordenação de Contabilidade da União – CCONT/STN referente à ação ajuizada contra a ANTT por parte da Empresa União Cascavel de Transportes e Turismo LTDA, no valor de um bilhão de reais, em

razão de supostos prejuízos decorrentes de invalidação do ato administrativo que havia autorizado a implantar seções em linhas de transporte rodoviário interestadual de passageiros.

Desta forma, a proporcionalidade de composição do Passivo Exigível foi substancialmente invertida em relação às obrigações de curto e longo prazo, visto que o Passivo Circulante representava 91,44% e passou a representar 3,16% no encerramento do exercício de 2017 e o Não Circulante que era de 8,56% passou a representar 96,84% do total do Passivo exigível no atual exercício (Figura 4).

Figura 4 – Passivo Exigível (Circulante e Não Circulante) – Variação e Composição



Nota 8 – Passivo Circulante

Tabela 13 – Passivo Circulante – Variação e Composição

	31/12/2017	31/12/2016	AH	AV
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar CP	4.460	1.617.201	-99,72%	0,01%
Fornecedores e Contas a Pagar CP	18.487.369	15.266.191	21,10%	56,44%
Obrigações de Repartição a Outros Entes		83.396	-100,00%	0,00%
Demais Obrigações a Curto Prazo	14.265.531	18.566.015	-23,16%	43,55%
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	32.757.360	35.532.804	-7,81%	100%

As obrigações da ANTT estão evidenciadas por valores já conhecidos e registrados com suporte em documento hábil próprio. O reconhecimento das obrigações por regime de competência tem sido um critério adotado visando a evidenciação tempestiva das informações quando de conhecimento da GEFIN, de forma especial no tocante às obrigações de Fornecedores e Contas a Pagar. No entanto, cabe ressaltar que apesar das orientações e alertas encaminhadas às áreas (Memorando nº 064/2017/GEFIN/SUDEG) e da mudança do fluxo dos processos visando a apropriação da despesa no mês de ocorrência, ainda há registros dissonantes do período de realização do fato gerador. Isso ocorre em função da dinâmica dos trâmites processuais e, em alguns casos, da demora na entrega dos documentos fiscais por parte dos Fornecedores, o que compromete a tempestividade das apropriações, não sendo possível atender

integralmente ao Princípio da Competência. Há que se considerar, também, que o encerramento contábil ocorre no 5º útil do mês subsequente, não havendo prazo suficiente para registrar as despesas no respectivo mês de ocorrência.

O subgrupo “Obrigações de Repartição a Outros Entes” no exercício de 2016 se refere aos reconhecimentos dos valores pendentes repasses aos órgãos/entidades estaduais, decorrentes dos termos de cooperação técnica firmados com a ANTT, tais como Secretarias estaduais de transportes, Departamentos regionais de estradas e rodagens, Agências estaduais reguladoras, etc., cuja obrigação foi quitada no decorrer do exercício de 2017.

Em relação ao subgrupo de Demais Obrigações a Curto Prazo, a principal composição está relacionada aos valores pendentes de repasse ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF relativo aos Termos de Cooperação de Apoio Técnico Nº 008/2008 remunerados mediante compartilhamento de receita. A variação apresentada entre os períodos em análise demonstra que houve um decréscimo de 23,16% em relação ao exercício anterior, que se refere às transferências financeiras realizadas no decorrer de 2017 em favor do DPRF.

Nota 9 – Passivo Não Circulante (Provisões a Longo Prazo)

Tabela 14 – Provisões a Longo Prazo – Variação e Composição

	31/12/2017	31/12/2016	AH	AV
Provisão para indenizações cíveis	3.241.403	3.325.410	-2,53%	0,32%
Provisões para perdas judiciais/administrativas	1.000.000.000	-	100,00%	99,68%
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.003.241.403	3.325.410	30068,95%	100%

A Provisão para riscos cíveis se refere ao montante de indenização em favor da Concessionária da Ponte Rio Niterói S.A., decorrente da revisão final do reequilíbrio econômico-financeiro calculado decorrente da extinção do Contrato de Concessão DNER/PG – 154/94-00. O valor é atualizado mensalmente conforme metodologia aplicada pela área finalística responsável, a qual, tem considerado também os descontos de multas devidas pela Concessionária, conforme informações repassadas via e-mail pela área técnica.

Conforme já mencionado na Nota 11, a provisão para perdas judiciais/administrativas se refere à ação ajuizada contra a ANTT por parte da Empresa União Cascavel de Transportes e Turismo LTDA em razão de supostos prejuízos decorrentes de invalidação de ato administrativo que havia autorizado a implantar seções em linhas de transporte rodoviário interestadual de passageiros.

Este registro foi realizado pela Coordenação de Contabilidade da STN, após o envio do Ofício SEI nº 5/2017/CCONT/SUCON/STN-MF solicitando à AGU informações sobre o montante de ações judiciais ajuizadas contra autarquias e fundações, que importem em riscos fiscais para a União, em cumprimento à Portaria Conjunta STN/PGF nº 08, de 30/12/2015.

A AGU se pronunciou por meio do Ofício nº. 00012/2017/GAB/DEPCONT/PGF/AGU informando da existência da Ação Rescisória nº 6.151/PR perante o STJ objetivando desconstituir o acórdão proferido no AgRg RESP 1.462.281/PR, em que a ANTT alega ocorrência de prescrição. A ação originária ajuizada pela EUCATUR tem estimativa de impacto superior a R\$ 1 bilhão, já foi transitada em julgado e está em fase de execução, motivo pelo qual foi classificada como perda provável nos termos do artigo 3, I, h, Portaria AGU n. 40/2015.

Nota 10 – Patrimônio Líquido

Tabela 15 – Patrimônio Líquido – Variação e Composição

	31/12/2017	31/12/2016	AH	AV
Resultado do Exercício	- 732.889.285	412.522.030	-277,66%	-161,05%
Resultados de Exercícios Anteriores	1.183.620.293	797.509.088	48,41%	260,09%
Ajustes de Exercícios Anteriores	4.343.539	- 26.410.825	-116,45%	0,95%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	455.074.547	1.183.620.293	-61,55%	100%

Figura 5 – Passivo Exigível (Circulante e Não Circulante) – Variação e Composição

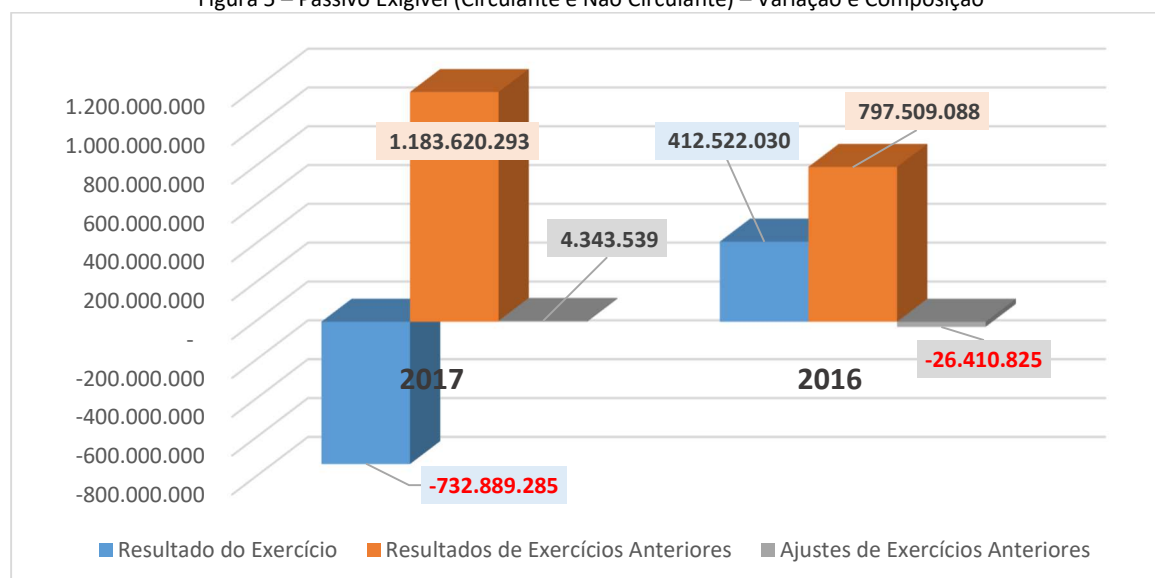


Tabela 16 – Resultado do Exercício – Variação e Composição

	31/12/2017	31/12/2016	AH
Variação Patrimonial Aumentativa - VPA	1.168.106.019	1.243.035.446	-6,03%
Variação Patrimonial Diminutiva - VPD	- 1.900.995.304	- 830.513.416	128,89%
Apuração do Resultado do Exercício	- 732.889.285	412.522.030	-277,66%

O item referente ao Resultado do Exercício demonstra que houve um déficit patrimonial no período, cuja variação em relação ao ano anterior foi negativa, chegando a -277,66% (Tabelas 15 e 16). Este resultado é apurado considerando a “diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, demonstradas na DVP, cuja análise destes impactos está apresentada detalhadamente nas Notas Explicativas 17 e 18. No entanto, já se pode considerar que o principal fator decorreu do registro realizado pela CCONT/STN referente ao reconhecimento da provisão para perdas judiciais/administrativas (já citada nas Notas 11 e 13) relativa à ação ajuizada contra à ANTT, *transitada em julgado*, por parte da Empresa União Cascavel de Transportes e Turismo LTDA, no valor de um bilhão de reais.

Apesar do resultado negativo no exercício, a situação patrimonial líquida da ANTT permanece positiva, visto que os resultados patrimoniais dos exercícios anteriores foram superavitários (Figura 5).

Tabela 17 – Ajuste de Exercícios Anteriores – Composição

Ajuste de Exercícios Anteriores	Movimento Credor	Movimento Devedor	SALDO
Baixa de Ativo e da retificadora (revisão dos registros e da amortização de softwares com utilização definida)	11.055.814	- 9.737.348	1.318.466
Ajustes da conta de depreciação-conciliação c o SIADS	5.412	- 57.598	-52.186
Baixa de Passivo não devido	6.141		6.141
Baixa de Passivo permanente (repasso ao DPRF)	5.794.061		5.794.061
Baixa de Ativo (mudança de critério de registro de adiantamento de transferências voluntárias)		-2.722.943	-2.722.943
	16.861.428	-	12.517.889
			4.343.539

Por fim, os ajustes relativos aos exercícios anteriores (Tabela 17), se devem à adequação dos itens do ativo intangível em que se fez necessário a baixa de valores que se referiam a despesas de licenças anuais e que estavam classificadas como softwares de vida útil definida, ocasionando a baixa de ativos, bem como a reversão da respectiva amortização destes itens. Houve também os ajustes nas contas de depreciações acumuladas de bens móveis após conciliação com SIADS; as baixas de passivos não devidos; e, de passivos permanentes em função dos pagamentos realizados ao Departamento da Polícia Rodoviária Federal – DPRF relativo aos Termos de Cooperação de Apoio Técnico Nº 008/2008 que se encontravam pendentes de repasse financeiro. Outro impacto decorreu em função do desreconhecimento de ativos referentes às baixas dos Adiantamentos de Transferências Voluntárias, conforme orientação da STN devido à mudança de critério estabelecido pela Coordenação Geral de Contabilidade da União – CCONT/STN conforme Acórdão nº 13020/2017– TCU.

Nota 11 – Passivos Contingentes

Tabela 18 – Passivos Contingentes – Variação e Composição

	31/12/2017	31/12/2016	AH	AV
Passivos Contingentes Previstos	943.600.946	918.781.704	2,70%	99,77%
Passivos Contingentes Não confirmados	2.153.488	267.001.579	-99,19%	0,23%
TOTAL DOS PASSIVOS CONTINGENTES	945.754.434	1.185.783.283	-20,24%	100,00%

Os registros de Passivos Contingentes são decorrentes da recomposição do reequilíbrio econômico financeiro dos Contratos de Concessões da Companhia de Concessão Rodoviária de Juiz de Fora – Rio S.A. – CON CER (Contrato Nº PG/138/95-00 – Termo Aditivo Nº 12/2014) e Concessionária da Rodovia Osório Porto Alegre S.A. – CONCEPA (Contrato Nº PG/016/97-00 – Termo Aditivo Nº 13/2014), nos quais há previsão de desembolso de aportes por parte da ANTT.

Após informações técnicas repassadas pela Gerência de Regulação e Outorga de Exploração de Rodovias – GEROR (Memorando Nº 116/2016/GEROR/SUINF/ANTT) em relação à efetivação ou não dos aportes previstos nos referidos contratos, entendeu-se que tais valores deveriam ser registrados em Passivos

Contingentes Previstos, tendo em vista de que o último posicionamento da área técnica é de que “não seja provável o desembolso desses recursos uma vez que a prorrogação dos prazos de concessões é a mais plausível para a recomposição do reequilíbrio econômico, mediante a aplicação do fluxo de caixa marginal, conforme as previsões nos Termos Aditivos.” Esses valores são atualizados mensalmente mediante informações da Gerência de Regulação e Outorgas da Exploração de Rodovias – GEROR encaminhadas por e-mail, cujos critérios de atualização são de responsabilidade daquela Gerência.

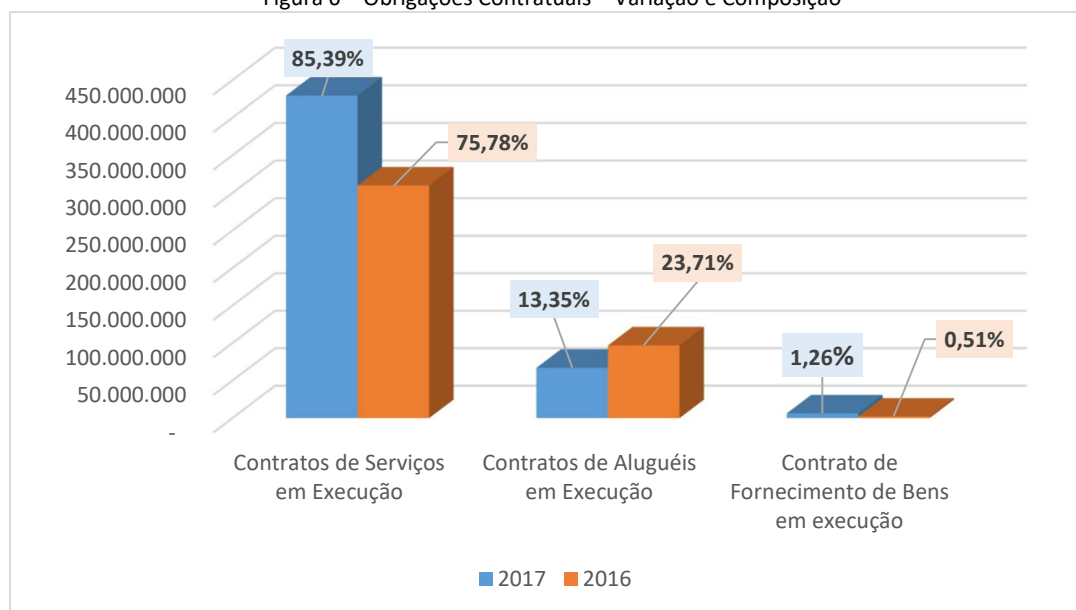
Verifica-se que no período anterior houve um valor mais significativo nos registros de “Passivos Contingentes Não Confirmados”, isso aconteceu em função da Resolução nº 5.195/ANTT, de 05/10/2016, em que a Diretoria reduziu os valores dos aportes previstos no 12º TA da CONCERT. Já em 2017, os valores não confirmados são decorrentes da atualização encaminhada pela GEROR em que houve um decréscimo de atualização no mês de agosto/2017.

Nota 12 – Obrigações Contratuais

Tabela 19 – Obrigações Contratuais – Variação e Composição

	31/12/2017	31/12/2016	AH	AV
Contratos de Serviços em Execução	429.540.830	309.906.679	38,60%	85,39%
Contratos de Aluguéis em Execução	67.135.262	96.977.443	-30,77%	13,35%
Contrato de Fornecimento de Bens em execução	6.345.598	2.090.106	203,60%	1,26%
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	503.021.690	408.974.228	23,00%	100,00%

Figura 6 – Obrigações Contratuais – Variação e Composição



Os saldos das obrigações contratuais vigentes da ANTT estão evidenciados na conta de atos potenciais, especificamente referente a: Contratos de serviços, aluguéis e de fornecimento de bens.

Diante das informações apresentadas, é plausível que a maior proporcionalidade de contratação se refira à prestação de serviços (Figura 6). Porém, em relação às contratações de fornecimento de bens, apesar

de representarem uma proporção menor em relação ao montante contratado, há que se considerar a variação superior a 200% (Tabela 19). Isso ocorreu devido aos registros decorrentes da contratação de aquisição de equipamentos de informática, de fornecimento de peças e de combustíveis para manutenção da frota de veículos. Já a redução dos contratos de aluguéis se explica também pela revisão no valor do aluguel, firmado com a J. N. Venâncio Adm. de Imóveis (Termo aditivo contrato 001/2010). Cabe ressaltar que os saldos das obrigações contratuais evidenciados no SIAFI necessitam de uma análise e ajuste contábil, pois, entende-se que as informações atuais possam não estar retratando com fidedignidade a realidade dos valores contratuais vigentes, uma vez que não há um sistema de gestão de contratos para proporcionar as informações com tempestividade e segurança. As providências para esta regularização já começaram a ser tomadas ainda no exercício de 2017, para o que foi solicitado que a área responsável encaminhasse estas informações para as devidas atualizações.

A Tabela 20 demonstra a relação dos Fornecedores e os respectivos saldos em ordem crescente dos contratos vigentes da ANTT, posição de 31/12/2017.

Tabela 20 – Contratos em Execução – Composição

CNPJ / UG	FORNECEDOR	SALDO EM 31/12/2017
6945555000192.	J. N. VENANCIO ADMINISTRACAO DE IMOVEIS LTDA	57.096.233,24
01175068000174	DATA TRAFFIC S/A	52.428.066,35
10213834000139	INFOSOLO INFORMATICA S.A	51.772.851,92
07171299000196	CENTRAL IT TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	37.643.552,34
01026798000103	PANAVIDEO TECNOLOGIA ELETRONICA LTDA	34.669.826,65
24935454000112	TELLUS S/A INFORMATICA E TELECOMUNICACOES	18.103.666,10
34028316000707	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	16.175.632,47
110245	FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC.ORC.FINANC.	14.428.558,16
41893678000128	SQUADRA TECNOLOGIA S/A	13.270.481,65
04989440000174	TGV TECNOLOGIA LTDA	11.944.159,88
115406	EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO S.A	11.285.389,22
33641663000144	FUNDACAO GETULIO VARGAS	10.273.227,52
40432544000147	CLARO S.A.	9.929.754,07
03506307000157	TICKET SOLUCOES HDFGT S/A	9.751.857,19
76535764000143	OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL	9.306.253,90
00336701000104	TELECOMUNICACOES BRASILEIRAS SA TELEBRAS	8.737.275,60
07094346000145	G4F SOLUCOES CORPORATIVAS LTDA	6.885.176,89
33000118000179	TELEMAR NORTE LESTE S/A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL	6.834.833,06
34037705000103	PRODEC CONSULTORIA PARA DECISAO SOCIEDADE SIMPLES LTDA.	6.464.437,24
02295753000105	PROJEBEL SERVICOS COMERCIO LTDA	6.273.540,61
05333566000159	TOPSERVICE TERCEIRIZACAO EIRELI	6.007.818,99
24699100000116	CONTECNICA CONSULTORIA TECNICA LTDA	6.002.866,08
09267406000100	VISAN SEGURANCA PRIVADA LTDA	5.114.613,68

Superintendência de Gestão

Gerência de Finanças e Contabilidade

CNPJ / UG	FORNECEDOR	31/12/2017
73524902000109	CEPPLA CONSULTORIA DE ENGENHARIA LTDA	4.522.478,97
03263975000109	SYSTECH SISTEMAS E TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA	3.754.400,00
10280409000162	SPAZIO URBANISMO ENGENHARIA LTDA	3.705.890,05
16464694000158	ER1 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	3.444.185,70
02908313000178	BRITANICA ADMINISTRACAO & TERCEIRIZACAO EIRELI - EPP	3.324.868,20
33146648000120	CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S/A	3.026.980,68
01644731000132	CTIS TECNOLOGIA S.A	2.766.561,84
806030	SERPRO - SEDE - BRASILIA	2.765.712,65
65599953000406	CAPGEMINI BRASIL S/A	2.648.459,27
02277205000144	VERT SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA	2.642.757,31
04174601000171	CARLTON DO BRASIL LTDA.	2.635.504,30
37131927000170	NORTHWARE COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP	2.500.283,09
37010014000104	EVOLUTI TECNOLOGIA E SERVICOS EIRELI - EPP	2.209.384,38
09137728000134	NTSEC SOLUCOES EM TELEINFORMATICA LTDA - ME	2.127.700,00
01573246000115	L B R ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA	1.990.113,57
10383485000101	XYS TECNOLOGIA LTDA	1.931.369,07
04558234000100	AMAZON CONSTRUcoes E SERVICOS EIRELI	1.879.698,62
26990812000115	TECNISYS INFORMATICA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.	1.871.541,63
00604122000197	TRIVALE ADMINISTRACAO LTDA	1.702.348,52
05969672000123	UNA MARKETING DE EVENTOS LTDA	1.678.830,14
02558157000162	TELEFONICA BRASIL S.A.	1.663.161,73
51167500000153	SGS ENGER ENGENHARIA LTDA	1.297.598,76
81627838000101	INGRAM MICRO INFORMATICA LTDA	1.295.579,81
04356735000103	GVP CONSULTORIA E PRODUCAO DE EVENTOS LTDA - ME	1.278.648,85
04826777000160	MK PESQUISA E PLANEJAMENTO EIRELI - ME	1.262.800,00
52635422000137	VETEC ENGENHARIA LTDA.	1.261.659,35
08597377000181	SUPERNOVA SOLUCOES GRAFICAS E EDITORA LTDA - ME	1.238.281,18
00385735000180	ADMINISTRADORA IPIRANGA LTDA	1.221.085,00
10811374000140	ASBIBOP - SERVICOS DE BOMBEIRO BRIGADISTA PARTICULAR CI	1.140.473,47
08491163000126	RIO MINAS - TERCEIRIZACAO E ADMINISTRACAO DE SERVICOS L	1.128.233,55
08925028000141	EVERY TI TECNOLOGIA & INOVACAO EIRELI	1.060.587,82
154040	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA - FUB	1.047.600,00
06306458000150	AMBIENTE BRASIL ENGENHARIA LTDA - EPP	1.016.628,94
11818593000114	EXACT CLEAN SERVICOS LTDA	1.009.868,54
33583592000170	INSPETORIA SAO JOAO BOSCO	948.858,09
42422253000101	EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMACOES DA PREVID SOCIAL	925.002,78

Superintendência de Gestão

Gerência de Finanças e Contabilidade

CNPJ / UG	FORNECEDOR	31/12/2017
07223878000135	CONFIANCA MUDANCAS E TRANSPORTES LTDA	916.210,82
34271379000196	PACS - PLANEJAMENTO, ASSESSORIA, CONSULTORIA E SISTEMAS	901.637,71
44416618000102	PROJEL - ENGENHARIA ESPECIALIZADA LTDA	820.981,60
07273170000199	CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO NORD	762.351,81
00478727000189	AGROSERVICE EMPREITEIRA AGRICOLA LTDA	742.948,50
01017250000105	VOETUR TURISMO E REPRESENTACOES LTDA	730.196,35
40282584000150	KANTRO EMPREENDIMENTOS APOIO E SERVICOS LTDA	721.316,04
01194481000186	PRON ENGENHARIA LTDA.	645.724,54
02843359000156	PLANALTO SERVICE LTDA	615.211,78
68970680000100	ERODATA CONSULTORIA E SERVICOS LTDA	569.041,08
02022677000156	M.D.HOTEIS S/A	491.929,14
08091559000186	PODERAL-SERVICE LIMPEZA E PORTARIA LTDA - ME	490.965,54
00568594000131	PONTUAL AUTO LOCADORA LTDA	464.616,55
26460584000171	PADRAO IX INFORMATICA SISTEMAS ABERTOS SA	461.068,53
72381189000625	DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA	459.600,00
00013698000180	TRIPS PASSAGENS E TURISMO LTDA - EPP	427.164,32
07271878000100	UP IDEIAS SERVICOS ESPECIALIZADOS E COMUNICACAO EIRELI	419.004,70
11011091000187	TITCS INFORMATICA LTDA - ME	400.000,00
60316817001762	MICROSOFT INFORMATICA LTDA	388.395,57
62173620000180	SERASA S.A.	363.992,69
15351310000128	FAST GERENCIAMENTO DE RESIDUOS E SOLUCOES AMBIENTAIS L	352.361,79
07131596000108	HOMERO REIS CONSULTORIA E GESTAO EMPRESARIAL LTDA	348.268,05
00831964000181	H PRINT REPROGRAFIA E AUTOMACAO DE ESCRITORIO LTDA	312.752,33
45688157000190	ANIJES EMPREENDIMENTOS LTDA	306.957,19
803010	SERPRO - REGIONAL BRASILIA	302.263,97
06294612000110	LOOK IN DOOR PLACAS DE SINALIZACAO S/A	291.881,90
05374495000132	PLAST PACK INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA	277.819,54
03470083000170	SEMPRE ALERTA GESTAO EMPRESARIAL E SERVICOS GERAIS LTDA	277.020,23
11406610000106	SINDICON ADMINISTRACAO DE SERVICOS E ASSEIO LTDA	268.046,89
61600839000155	CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA CIE E	250.916,38
974133	CEB DISTRIBUICAO S/A	243.480,12
05795607000129	WISEIT - SISTEMAS E INFORMATICA LTDA	235.586,15
02290497000155	3N ADMINISTRACAO E PARTICIPACAO LTDA	228.619,05
13237931000150	SOLUCOES LOOPING LTDA - ME	227.365,33
09053350000190	NIVA TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	216.645,00
08878823000126	NOVA PLANALTO SERVICOS GERAIS LTDA - EPP	216.610,30

Superintendência de Gestão

Gerência de Finanças e Contabilidade

CNPJ / UG	FORNECEDOR	31/12/2017
03590924000183	PLANALTO TRANSPORTADORA TURISTICA LTDA - ME	204.519,04
00482840000138	LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	203.832,00
09243050000174	HOSPITAL DIA SAMDEL LTDA.	194.306,48
07454361000157	FORTE SUL SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA	192.865,45
11393595000290	NORCIA VIGILANCIA PATRIMONIAL EIRELI - ME	185.429,45
07142221000143	SPLENDA SERVICOS DE CONSULTORIA EM INFORMATICA LTDA - E	185.082,80
04180979000188	TECHNICONROL CONSULTORIA E TREINAMENTO EMPRES LTDA	183.328,00
10408531000171	CLINUP - CLINICA DE NUTRICAO E PSICOLOGIA LTDA - EPP	155.829,95
66700295000117	ALBATROZ SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	147.627,22
33583592004834	INSPETORIA SAO JOAO BOSCO	136.545,21
03105598000171	D.E REBOUCAS EIRELI	134.928,10
39537063000117	CONFEDERAL - RIO VIGILANCIA LTDA	133.578,22
08386023000198	JOSE CARLOS DE FARIAS - ME	132.833,29
02780863000154	PONTUAL ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA - ME	115.282,73
62652961000138	AGENCIA ESTADO S.A	107.585,12
89173736000175	RK - COMERCIO, MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITOR	105.903,20
11261071000164	FINALIZA EDITORA E INDUSTRIA GRAFICA LTDA - EPP	93.870,00
15195617000187	B1 VIGILANCIA - EIRELI - EPP	79.748,75
06189991000189	ENFEMED SAUDE E SERVICOS LTDA - EPP	77.431,56
04799835000104	ALSAR TECNOLOGIA EM REDES LTDA.	76.700,00
12754301000190	NVERSE CONSULTORIA, TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA - EPP	76.045,87
11838748000184	CRYSTAL SERVICE CONSERVACAO EIRELI	75.726,08
17856676000184	ENERGIZA ENGENHARIA LTDA - ME	72.504,97
07047251000170	COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA	70.012,53
71208516000174	ALGAR TELECOM S/A	69.171,75
05576482000146	ARCOLIMP SERVICOS GERAIS LTDA	62.870,07
14914101000182	GMS SERVICOS TERCEIRIZADOS EIRELI - ME	62.837,25
16364275000144	PRESE PREST DE SERVICOS DE LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	59.456,56
33530486000129	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES S A EMBRATEL	52.873,50
14860358000107	SAMIO BANDEIRA - ME	50.753,90
06234467000182	FUTURA SERVICOS PROFISSIONAIS ADMINISTRATIVOS EIRELI	50.503,57
	DEMAIS FORNECEDORES (SALDO INFERIOR A R\$ 50MIL)	997.547,59
TOTAL SALDOS CONTRATUAIS EM EXECUÇÃO		503.021.690

Nota 13 – Variações Patrimoniais Aumentativas

Tabela 21 – Variações Patrimoniais Aumentativas – Variação e Composição

	31/12/2017	31/12/2016	AH	AV
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.228.023	5.247.035	-76,60%	0,11%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	200.518.542	176.888.764	13,36%	17,17%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	82.939	6.763	1126,33%	0,01%
Transferências e Delegações Recebidas	606.046.840	786.309.239	-22,93%	51,88%
Valoriz./Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	104.105	490.287	-78,77%	0,01%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	360.125.571	274.093.358	31,39%	30,83%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.168.106.019	1.243.035.446	-6,03%	100%

A arrecadação tributária no valor de R\$ 1.228.023 se refere à taxa de fiscalização do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, prevista na Lei nº 12.996/2014, cujos procedimentos de pagamento foram regulamentados por meio da Resolução ANTT nº 4.936/2015. Esta taxa começou a ser arrecadada a partir janeiro de 2016, referente ao ano de apuração 2015. A redução da arrecadação em 76,60% demonstrada no decorrer do exercício de 2017 em relação ao período anterior se deve em função dos recursos judiciais por parte de grandes grupos de empresas que tiveram a obrigatoriedade de pagamento suspensa por liminar.

A arrecadação classificada como Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos se refere às receitas de concessões e outorgas ferroviárias e rodoviárias classificadas da seguinte forma:

- Fonte 129 são receitas patrimoniais relativas a arrecadações de outorgas/concessões de ferrovias e outorgas de serviços de transportes de passageiros. A maior receita desta fonte se deve às parcelas trimestrais de concessões das malhas de ferrovias.
- Fonte 250 composta em sua quase totalidade pela verba anual das concessionárias destinada a cobrir as despesas com fiscalização das concessões rodoviárias. Contém também a arrecadação de emolumentos de cargas/passageiros e a receita de multas decorrentes do descumprimento contratual/regulatório. Essa fonte se refere a recursos diretamente arrecadados.

As variações patrimoniais aumentativas financeiras se referem a juros e encargos de Mora, cuja arrecadação em relação ao período anterior demonstra que no período de 2017 houve maior adesão de pagamento por parte das Concessionárias, visto que se tratam de valores recebidos das multas previstas em contratos de concessões firmados com a União.

As Transferências e Delegações Recebidas: são os valores recebidos decorrentes das programações financeiras para pagamento das despesas de pessoal e de custeio referente às Fontes 100, 129 e 174.

A Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos ocorreram da seguinte forma:

- Ganhos com Incorporação de Ativos: são os valores registrados no SIADS por meio de Nota de Lançamento referente a incorporação de material gráfico, cuja aquisição orçamentária é registrada como serviço, porém, a sua essência se refere a um bem patrimonial em estoque.

- Ganhos com Desincorporação de Passivos: são ganhos decorrentes da baixa de obrigações no passivo de valores não devidos.

O item Outras Variações Patrimoniais Aumentativas compõe-se de:

- Reversão de Provisão e Ajuste de Perdas: estes valores se referem à reversão de provisão da Ponte Rio Niterói decorrente dos descontos de multas devidas pela Concessionária, conforme informações da GEROR encaminhadas por e-mail, citando o processo 50500.029.114/2014-82; e
- Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas que se refere a arrecadações de multas de poder de polícia decorrentes das infrações ocorridas na prestação de serviços de transportes rodoviários de passageiros/cargas e pela cobrança da taxa de fiscalização. Este valor se refere também aos valores recebidos de dívida ativa.

Nota 14 – Variações Patrimoniais Diminutivas

Tabela 22 – Variações Patrimoniais Diminutivas – Variação e Composição

	31/12/2017	31/12/2016	AH	AV
Pessoal e Encargos	243.781.391	233.131.643	4,57%	12,82%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	13.347.866	9.964.899	33,95%	0,70%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	247.095.323	232.636.021	6,22%	13,00%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	2.192.800	1.639.513	33,75%	0,12%
Transferências e Delegações Concedidas	373.462.822	342.167.388	9,15%	19,65%
Desvaloriz./Perda de Ativos e Incorp. de Passivos	15.766.057	6.236.689	152,80%	0,83%
Tributárias	3.938.200	3.556.578	10,73%	0,21%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.001.410.845	1.180.685	84716,09%	52,68%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.900.995.304	830.513.416	128,89%	100%

Pessoal e Encargos: VPDs que se referem aos gastos com remuneração a pessoal ativo civil no que se refere aos vencimentos, abonos, adicionais, gratificações, férias, 13º salário, indenizações e sentenças judiciais, os respectivos encargos e benefícios relativos a auxílios transporte, alimentação e moradia; assistência à saúde, dentre outros.

Benefícios Previdenciários e Assistenciais: são VPDs decorrentes das aposentadorias, pensões, gratificações, férias, auxílio natalidade, dentre outros.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo: refere-se a despesas administrativas de manutenção do órgão e os serviços de natureza continuada.

Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras: referem-se aos Descontos Financeiros Concedidos nos pagamentos de multas aplicadas pela ANTT, destacando-se duas situações específicas: para as multas de excesso de peso, que são regidas pelo Código de Trânsito Brasileiro – CTB há o desconto de 20% quando o pagamento for realizado até a data do vencimento. Além disso, a variação desta VPD também é resultante do impacto da Resolução da ANTT nº 5.083 de 27 de abril de 2016, cujo art. 86 dispõe sobre a concessão de desconto de 30% ao valor da multa na hipótese de o infrator renunciar expressamente o direito de interpor recurso administrativo.

Transferências e Delegações Concedidas: referem-se aos sub-repasses de valores transferidos por meio de Programação Financeira para as Unidades Regionais descentralizadas.

Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos: compõe-se dos registros referentes aos Ajustes para perdas em Dívida Ativa com redução de 5% sobre o valor inscrito. Além disso, o registro de desincorporação de ativos está sendo impactado pelos recolhimentos nos códigos destinados à arrecadação de valores inscritos em dívida ativa com as respectivas destinações para a AGU (110060 / 00001).

Tributárias: VPDs decorrentes de pagamento de impostos (IPTU) e contribuições sociais (PIS/PASEP cujo recolhimento é de 1% sobre a receita corrente da Agência, conforme prevê a Lei n.º 9.715/1998) e contribuições para serviço de iluminação pública cobradas sobre as faturas de energia elétrica das unidades organizacionais da ANTT.

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas: esta VPD é relevante em função de sua variação percentual no período, motivo pelo qual foi a principal responsável pelo impacto negativo no resultado do exercício, uma vez que houve o reconhecimento de um bilhão de reais, no dia 28/12/2017, referente à provisão para perdas judiciais/administrativas decorrente de ação ajuizada contra a ANTT por parte da Empresa União Cascavel de Transportes e Turismo LTDA em razão de supostos prejuízos decorrentes de invalidação de ato administrativo que havia autorizado a implantar seções em linhas de transporte rodoviário interestadual de passageiros. Este registro foi realizado pela Coordenação de Contabilidade da STN, após informações repassadas pela AGU, dando cumprimento à Portaria Conjunta STN/PGF nº 08, de 30/12/2015 que tem como principal objetivo a evidenciação das ações ajuizadas contra as respectivas Autarquias e Fundações Federais. Esta VPD também corresponde à atualização da provisão registrada em favor da Concessionária CCR PONTE referente à indenização calculada em razão de eventos de desequilíbrio devido à extinção do Contrato de Concessão N. PG-154/94-00. E por fim, ressalta-se também as VPDs decorrentes de indenizações e restituições concedidas pela ANTT referentes a: bolsas de estudo de idiomas a servidores; ajudas de custo; ressarcimento de despesas com passagem aérea; pagamento de per capita referente ao convênio de adesão com a GEAP.

Nota 15 – Receitas Orçamentárias

Tabela 23 – Receita Orçamentária – Previsão e Realização

	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Saldo
Receitas Tributárias (Taxa de Fiscalização)	5.466.293	1.228.023	-4.238.270
Receita Patrimonial (Delegação de Serviços Públicos)	3.036.545.227	47.599.137	-2.988.946.090
Receitas de Serviços (Serviços Administrativos e Comerciais Gerais)	165.263.078	152.919.405	-12.343.673
Outras Receitas Correntes (Multas Adm./Contratuais/Judiciais, Indenizações, Restituições, Ressarcimentos)	105.768.780	122.742.227	16.973.447
Receitas de Capital (Operações de Crédito)	2.000.000	0	-2.000.000
TOTAL	3.315.043.378	324.488.792	-2.990.554.586

As receitas da ANTT que têm origem tributária se referem às taxas de fiscalização do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, a qual foi regulamentada por meio da Resolução ANTT nº 4.936/2015 e começou a ser arrecadada a partir de janeiro de 2016, cuja base de cálculo é apurada no ano anterior. Conforme já mencionado na Nota17, a redução da arrecadação se explica pelos recursos judiciais por parte de grupos de empresas que decisão liminar em seu favor para suspender o pagamento desta taxa.

As receitas patrimoniais são decorrentes das arrecadações de outorgas/concessões de ferrovias e outorgas de serviços de transportes de passageiros. A maior receita desta fonte se deve às parcelas trimestrais de concessões das malhas de ferrovias. Verifica-se que houve uma insuficiência de arrecadação considerável neste item, ocorre que na previsão inicial da Lei Orçamentária Anual – LOA, foi considerada a possibilidade de novas concessões envolvendo as Ferrovias Norte-Sul, FERROGRÃO e FIOI, momento em que previu-se uma arrecadação de aproximadamente R\$ 3 bilhões de reais, porém, esta situação não se concretizou no decorrer do exercício de 2017.

As receitas de serviços são decorrentes da verba anual das concessionárias de rodovias, destinadas a cobrir despesas com fiscalização das concessões. Em proporção menor, estas receitas são decorrentes também da arrecadação de emolumentos de cargas/passageiros e das multas decorrentes do descumprimento contratual/regulatório.

Outras receitas correntes são receitas decorrentes das multas aplicadas pelo Poder de Polícia em que são autuadas as infrações ocorridas na prestação de serviços de transportes rodoviários de passageiros/cargas internacionais e interestaduais, conforme o caso. Esta foi a única receita que superou a previsão de arrecadação, cuja gestão e processamento destas multas atribui-se à Gerência de Processamento de Autos de Infração e Apoio à JARI – GEAUT que está subordinada à Superintendência de Fiscalização – SUFIS.

Em relação à receita de capital, trata-se de previsão de operação de créditos para projetos que envolvem recursos externos, porém, não se realizou no decorrer do exercício.

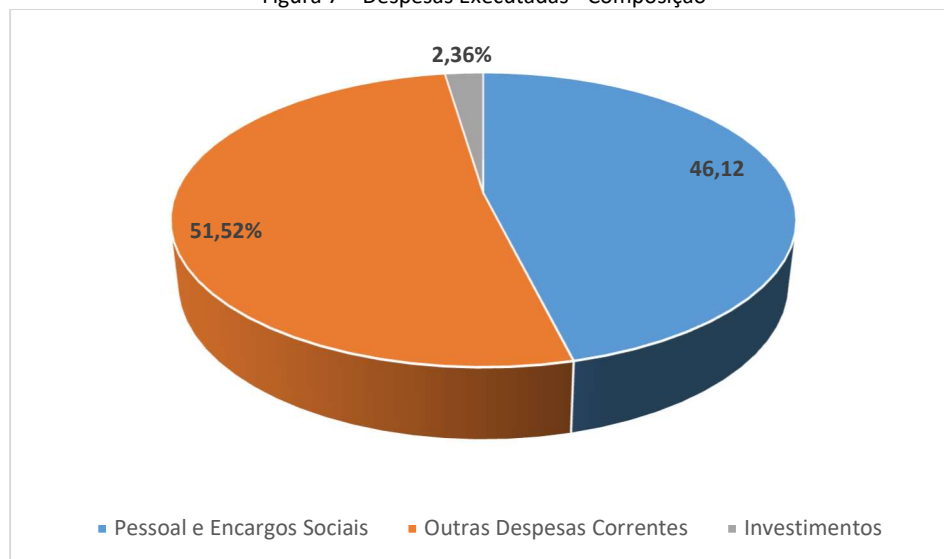
Por fim, verifica-se que o desempenho de arrecadação foi de apenas 9,79% ao compararmos a Receita Realizada em relação à Prevista, cuja insuficiência ficou em torno de R\$ 2.990 milhões (Tabela 23). Isto se explica pelos motivos já explanados acima em relação à previsão em que se considerou a possibilidade de realizar novas concessões ferroviárias, as quais não se concretizaram.

Nota 16 – Despesas Orçamentárias

Tabela 24 – Despesa Orçamentária – Fixação e Execução

	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
Pessoal e Encargos Sociais	252.834.713	250.921.545	250.921.545	250.917.085	1.913.168
Juros e Encargos da Dívida	231.037	-	-	-	231.037
Outras Despesas Correntes	313.098.142	280.291.717	223.981.645	216.265.495	32.806.425
Investimentos	13.400.000	12.850.728	157.568	145.941	549.272
Reserva de Contingência	2.976.043.378	-	-	-	2.976.043.378
TOTAL	3.555.607.270	544.063.990	475.060.758	467.328.520	3.011.543.280

Figura 7 – Despesas Executadas - Composição



As despesas empenhadas no exercício são consideradas como executadas. Na proporção que se pode verificar, as Outras Despesas Correntes que se referem aos serviços continuados, de apoio de manutenção do órgão correspondem a mais da metade dos gastos 51,52%, porém, as despesas com Pessoal e Encargos Sociais também possui uma representatividade considerável de 46,12%, ficando os desembolsos com investimentos em proporção menor de 2,36% (Figura 7).

Tabela 25 – Resultado Orçamentário: Receita Realizada - Despesa Executada

	31/12/2017	31/12/2016	AH
Receita Realizada	324.488.792	300.335.943	8,04%
Despesas Executada	544.063.990	468.395.424	16,15%
Déficit	-219.575.198	-168.059.481	30,65%

Ao analisarmos o comportamento das receitas e despesas, verificamos que houve um déficit no resultado orçamentário, visto que as despesas executadas da ANTT foram superiores em 40% em relação à realização da receita (Tabela 25). Em relação ao período anterior, verifica-se que a variação das despesas superou a variação das receitas, tendo como consequência uma maior representatividade no déficit orçamentário do exercício em análise.

As despesas de 2017 que foram liquidadas, mas não pagas até 31/12/2017, são inscritas como Restos a Pagar Processados. As que foram empenhadas e apropriadas, passam a ser Restos a Pagar Não Processados em Liquidação, e as que foram somente empenhadas ficam como Restos a Pagar Não Processados a Liquidar.

Os saldos dos restos a pagar dos exercícios anteriores estão evidenciados na Nota 21, a seguir.

Nota 17 – Restos a Pagar

Tabela 26 – Restos a Pagar Processados e RPNP Liquidados de Exercícios Anteriores – Saldo em 31/12/2017

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E RPNP LIQUIDADOS				
ANO DE INSCRIÇÃO	MONTANTE 01/01/2017	PAGO	CANCELADO	SALDO A PAGAR 31/12/2017
	(a)	(b)	(c).	(d) = (a-b-c)
2016	2.419.558	2.086.696	40.825	292.037
2015	674.690	80.130	629	593.931
2014	11.184		5.512	5.672
2013	10.724	10.113	-	611
2012	6.771	-	-	6.771
2011	4.026	-	-	4.026
2010	6.149	-	-	6.149
2009	-	-	-	-
TOTAL	3.133.104	2.176.940	46.966	909.198

Tabela 27 – Restos a Pagar Não Processados de Exercícios Anteriores – Saldo em 31/12/2017

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
ANO DE INSCRIÇÃO	MONTANTE 01/01/2017	LIQUIDADADO	PAGO	CANCELADO	SALDO A PAGAR 31/12/2017
	(e)	(f)	(g)	(h)	(i) = (e-g-h)
2016	61.985.086	43.073.190	42.629.364	8.269.379	11.086.343
2015	25.893.932	4.034.737	3.914.711	14.160.522	7.818.699
2014	411.912	124.637	124.637	31.297	255.978
2013	220.853	0	0	154.523	66.330
2012	4.739	0	0	2.339	2.400
2011	24.756	0	0	0	24.756
2010	210.101	7.035	7.035	0	203.066
2009	26.585	0	0	0	26.585
TOTAL	88.777.963	47.239.599	46.675.747	22.618.060	19.484.157

Os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores estão evidenciados nas Tabelas 26 e 27. A permanência desses saldos se deve a recursos destinados ao PAC; valores de telefonia fixa; valores devidos à EBC e pendentes de emissão de nota fiscal, dentre outros; saldos para atender os repasses de compartilhamento de receita dos Termos de Cooperação das Agências estaduais firmados com a ANTT, cujos valores ainda estão em processo de apuração por parte da área responsável. Nas Unidades Regionais, há uma demanda de pendências de encargos e ações trabalhistas. Há casos em que os valores foram colocados à disposição da Justiça do Trabalho para futuras execuções. Outras informam que os restos a pagar dos exercícios anteriores se referem a contratos que não possuem termo de quitação e que também possuem ações trabalhistas em andamento, bem como para atender à solicitação de bloqueio por determinação judicial.

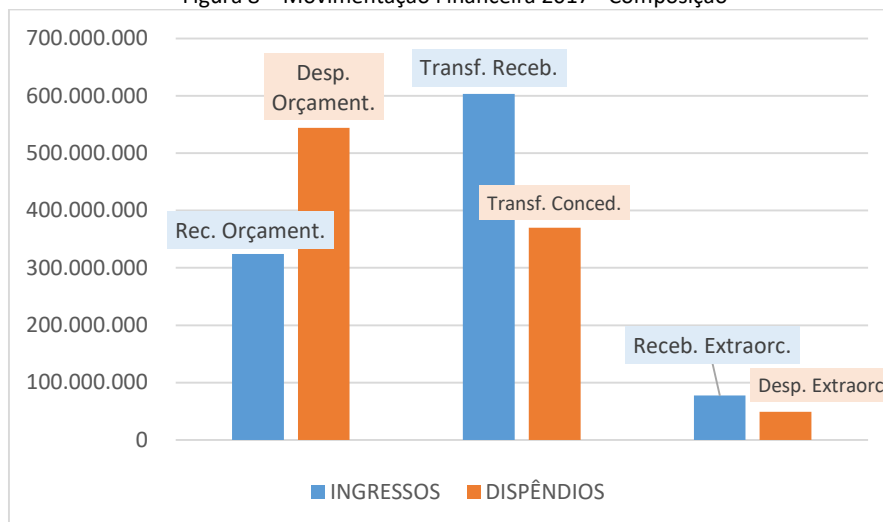
Nota 18 – Movimentação Financeira

A movimentação de recursos no exercício de 2017 resultou em um acréscimo financeiro de 15,10% (Tabela 27), cujos R\$ 42.089.335 foram acrescidos ao Caixa da ANTT estão de acordo com a variação do saldo de “Caixa e Equivalente de Caixa” demonstrado na Nota 04 (Tabela 2).

Tabela 28 – Movimentação Financeira – Variação e Composição

	31/12/2017	31/12/2016	AH
Receitas Orçamentárias	324.488.792	300.335.943	8,04%
Despesas Orçamentárias	544.063.990	468.395.424	16,15%
	-219.575.198	-168.059.481	30,65%
Transferências Financeiras Recebidas	603.217.613	779.873.423	-22,65%
Transferências Financeiras Concedidas	369.975.588	335.202.773	10,37%
	233.242.025	444.670.649	-47,55%
Recebimentos Extraorçamentários	77.474.542	65.254.341	18,73%
Despesas Extraorçamentárias	49.052.035	305.297.140	-83,93%
	28.422.507	-240.042.799	-111,84%
Resultado Financeiro	42.089.335	36.568.369	15,10%

Figura 8 – Movimentação Financeira 2017 - Composição



Do total das despesas extraorçamentárias de 2017, 95,16% corresponde ao pagamento de Restos a Pagar Não Processados. Já a variação negativa desta despesa de 83,73% em relação ao ano anterior, se deve ao pagamento realizado em favor da CONCEPA no dia 30/03/2016 no valor de 241.686.367,15, que corresponde a 80% do total das despesas com restos a pagar no exercício de 2016.

Do total das receitas orçamentárias, 99,84% se referem a receitas vinculadas da ANTT referente às arrecadações das atividades fins da Agência destinadas nas Fontes 174, 129 e 250.

Nota 19 – Superávit Financeiro

O resultado apresentado entre a diferença do ativo financeiro para o passivo financeiro apresentou o superávit financeiro de **R\$ 211.707.902,41** (Tabela 28). Este resultado decorre essencialmente das receitas diretamente arrecadadas da Fonte 250 em que é composta em sua maioria pelos recursos oriundos das concessões da malha rodoviária federal.

Tabela 29 – Apuração do Superávit Financeiro

TIPO DE RECURSO	FONTE	DISPONIBILIDADE DE RECURSOS		SUPERÁVIT FINANCEIRO
ORDINÁRIOS	100	6.640.137,37	D	6.640.137,37
VINCULADOS	129	6.539.098,52	D	211.707.902,41
	174	19.009.571,08	D	
	250	250.333.232,72	C	
	650	6.436.523,34	D	
		218.348.039,78		

Superintendência de Gestão

Gerência de Finanças e Contabilidade

Por último, ressalta-se que, apesar dos esforços no decorrer do exercício de 2017 no sentido de garantir que os demonstrativos contábeis da Agência retratem a sua realidade patrimonial com fidedignidade, ainda não é possível atendermos integralmente aos normativos contábeis vigentes, de forma especial às mudanças decorrentes do processo de convergência às normas internacionais, tendo em vista as limitações de recursos tecnológicos/sistêmicas e de recursos humanos.

Brasília, 08 de fevereiro de 2018.

Cleides Silva Campos Fontenele
Contadora Responsável
CRC DF-018229/O